



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0124/09	DATA: 19/03/2009
INÍCIO: 10h06min	TÉRMINO: 12h16min	DURAÇÃO: 2h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h10min	PÁGINAS: 68	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ex-agente da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há palavras e expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Declaro aberta a 85ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar as escutas telefônicas clandestinas ilegais, conforme denúncias publicadas na revista *Veja*, edição 2.022, de nº 33, de 22 de agosto de 1997.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das Atas das 82ª, 83ª e 84ª reuniões. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura das referidas Atas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Dispensada a leitura das Atas, a pedido do Deputado Raul Jungsmann.

Em discussão as Atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam as Atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as Atas.

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Sr. Francisco Ambrósio do Nascimento, ex-agente da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, e para deliberação de requerimentos.

Antes de convidar o Sr. Francisco Ambrósio, só informo à CPI, não sei se já foi distribuído — já foi distribuído? *(pausa)* — o ofício recebido do Dr. Fausto Martin De Sanctis, em que, depois da nossa reunião com S.Exa. no seu gabinete, ele nega, em princípio, e autoriza a publicação exclusivamente do conteúdo dessa decisão, tendo em vista o notório interesse público que envolve essas questões que têm norteado o trabalho da citada CPI.

Então, o resultado da nossa visita não foi frutífero com relação ao Dr. Fausto De Sanctis, uma vez que ele não concedeu a possibilidade da abertura dos documentos que seriam importantes, das provas que seriam importantes para esta CPI.

Pois não, Deputado Raul Jungsmann.

Pronto. Pode falar.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, em primeiro lugar, bom dia ao senhor, ao Sr. Relator, aos demais membros desta Comissão e também aos que aqui se encontram presentes, a trabalho.

Serei rápido, Sr. Presidente. Diante do exposto, eu acho que não nos resta nenhuma outra alternativa que não convocar o Juiz Fausto De Sanctis, e hoje eu estarei entrando com um requerimento convocando o Juiz Fausto De Sanctis para ser reinquirido, prestar depoimento aqui, na medida em que S.Exa. o Sr. Juiz é detentor de informações da maior relevância, da maior importância para esta Comissão.

Nós estivemos, como sabem o senhor e o Relator, numa reunião de trabalho ontem com o Delegado Amaro Vieira, que foi excelente, que foi extraordinária, no sentido de iluminar, digamos assim, certos aspectos dessa nossa investigação. O mesmo foi tentado com o Sr. Juiz Fausto De Sanctis e não tivemos sucesso. Então, vamos ter que voltar ao plano formal, digamos assim, na busca de mais informações.

Então informo à Presidência isso, como também que estou hoje entregando outro requerimento, Sr. Presidente, para reinquirição do banqueiro Daniel Dantas. Essas 2 providências que também, à luz dos fatos recentes e das informações que temos, viu, Sr. Relator, fazem-se necessárias, ou seja, essas 2 reinquirições.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Raul Jungmann.

Apenas para constar exatamente esse fato, uma vez que com a presença de alguns Parlamentares na visita ao Dr. Fausto De Sanctis, imaginávamos que isso poderia sensibilizá-lo a produzir essas informações, mas infelizmente, mesmo sendo feito de forma expressa, não foi possível obter esse retorno, da mesma forma que obtivemos com relação ao Juiz Mazloum e ao Dr. Renato Pacheco também. Vamos aguardar e, depois de deliberar sobre a questão dos requerimentos, fazer essa nova avaliação.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Era esperada, Sr. Presidente. Essa decisão do Juiz já era esperada. Nós sabíamos que ele ia decidir dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Mas há sempre uma esperança.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu quero primeiro me associar aos Parlamentares que lamentaram a decisão do Dr. Fausto De Sanctis. Ele, primeiro, fundamenta sua decisão no parecer do Ministro Peluso, E nós deixamos bem claro, quando estivemos com ele, que a decisão do Ministro Peluso referia-se especificamente a dados cadastrais do ponto de vista de dados de sigilo bancário e fiscais. Portanto, esclarecemos a ele, o documento que encaminhamos a ele é específico no sentido de que nós não queríamos essas informações. Nós queríamos informações referentes... em que os artigos os réus foram denunciados na Operação Chacal, se existiam elementos na Operação Satiagraha de interceptações legais, e interceptações legais que viraram interceptações ilegais. E o fundamento da decisão dele é no sentido de reafirmar a decisão anterior. E dizendo inclusive que o nosso documento foi genérico, o que não é verdade; o nosso documento foi específico ao dizer qual era o objeto que nós gostaríamos de ter informações, de compartilhar com ele, citando inclusive declarações minhas de que esse não-conhecimento dessas informações trouxeram prejuízo ao meu relatório, como trouxe em relação, inclusive, a alguns dos investigados desta CPI como o Sr. Daniel Dantas. Lamento que o Dr. Fausto Martin De Sanctis deixe de dar uma contribuição relevante ao País e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Penso que, como os Deputados que me antecederam, será necessário convocar o Sr. Fausto Martin De Sanctis a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Relator, só para aduzir... Desculpe-me Laerte. V.Exa. quer falar primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Deputado Raul Jungsmann.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas uma pequena contribuição. Concordo com o Sr. Relator, e não nos esqueçamos também de que há necessidade de esclarecimento dos fatos e seria interessante que a convocação do Juiz Fausto De Sanctis ocorresse depois da oitiva ou reinquirição do Protógenes, porque é de bom alvitre lembrar que, em depoimento dado pelo Protógenes à Procuradoria Federal aqui, do Distrito Federal, ele afirma que era do conhecimento do Juiz Fausto De Sanctis como também do Procurador



De Grandis, a participação dos oficiais da ABIN, o que foi negado, em nota, baseado pelo menos pelo segundo. Então, esse fato também precisa ser efetivamente esclarecido.

No que diz respeito ao Daniel Dantas, Sr. Presidente, Deputado Hugo Leal, com a massa de dados e informações corrigidas e que agora se encontram à disposição desta CPI, torna-se absolutamente desnecessário, fator subserviente, de que V.Exa. tem conhecimento, que o Daniel Dantas seja aqui inquirido. E quero deixar aberto tanto a convocação de um como de outro, Macris e Bessa, Hugo e Nelson; quem quiser conosco fica inteiramente à vontade, não temos nenhuma intenção ao monopólio; temos a intenção de fazê-lo. Se quiseram assinar, serão bem vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado. Deputado Bessa quer se manifestar.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu acho que nós poderíamos recorrer dessa decisão do Juiz; seria conveniente o recurso. E achei oportuno a nova reinquirição dele. Como colocado pelo Relator, vamos reinquiri-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - O Deputado Macris quer se manifestar?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de fazer coro às manifestações dos colegas aqui da CPI, até porque nós tivemos algumas dificuldades, não só de alguns setores da gestão pública, no caso Judiciário, nesse caso de maneira parcial, porque nós tivemos do outro lado informações prestadas pelo Juiz Ali Mazloun, quando remete a esta Comissão dados importantes para conduzirmos os nossos trabalhos, mas não os tivemos por parte do Dr. De Sanctis. Acho que vale a pena todo esforço necessário a fim de que possamos ter, o Deputado Nelson Pellegrino deixou claro, quando nós focamos bem, de maneira bastante clara, qual era o objetivo desta Comissão, que era ter informações, não da operação em si, mas dos dados referentes às escutas telefônicas. Esse era o nosso objetivo. E não parece que assim entendeu o Juiz De Sanctis.

E dizer também, Sr. Presidente, que fico muito preocupado que esta Comissão não possa ter — e eu já manifestei isso a alguns colegas ontem —, o viés



de uma Comissão que possa estar de alguma maneira protegendo qualquer tipo de interesse do Sr. Daniel Dantas aqui dentro. É muito importante a solicitação feita pelo Deputado Raul Jungmann, que neste momento apresenta convocação do Sr. Daniel Dantas, eu gostaria de subscrevê-lo, e essa subscrição se dá por conta de que fatos novos com as informações que temos aqui na CPI, com a remessa desses dados do Juiz Ali Mazloum, e não só abrindo o sigilo do inquérito policial, mas também nos dando informações, mesmo da parte que está sob sigilo, mas que temos tido conhecimento, há necessidade, sim, da convocação do Sr. Daniel Dantas para esclarecimentos.

Então, era essa a manifestação que eu gostaria de dizer e reafirmar o interesse de que nós temos que insistir nas informações, não só da Operação Satiagraha, mas da Operação Chacal também, por meio das quais temos, com certeza, dados importantíssimos para a conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Obrigado, Deputado Vanderlei Macris.

Nada mais a manifestar sobre esse assunto, eu convido o Sr. Francisco Ambrósio do Nascimento a tomar assento à Mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar: o tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelar deverão inscrever-se previamente junto à Secretária. O Relator disporá do tempo necessário para as suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá 10 minutos para fazer as suas interpelações.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente o termo de compromisso que integra o formulário de qualificação cujo teor faço a leitura.

Indago do depoente se, na outra oportunidade, havia um *habeas corpus*.

Então, não há necessidade de fazer o termo.

Estou recebendo em mãos o salvo conduto em favor do Sr. Francisco Ambrósio do Nascimento, brasileiro, casado, servidor público, para assegurar ao ser inquirido perante Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga escutas telefônicas clandestinas o direito de ser assistido e comunicar-se com seus advogados; de não ser obrigado a assinar o termo de compromisso de dizer a



verdade a ele eventualmente apresentado; e de não ser preso ou ameaçado de prisão ao invocar o direito constitucional ao silêncio com relação a respostas que, a seu critério ou de seus advogados, possam incriminá-lo. Ele se faz acompanhado do advogado Dr. Cleber Lopes.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, 2 coisas: quem é que assina esse ofício?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - A Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado, Sr. Presidente. Segundo lugar, quero pedir que o advogado do depoente se identifique com carteira da OAB, número do registro... É só um esclarecimento. É praxe para ser devidamente... enfim, o Ambrósio sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Quem assina aqui é a Ministra Carmem Lúcia, *habeas corpus* nº 196145, do Supremo Tribunal Federal. O advogado que o acompanha é o Sr. Cleber Lopes de Oliveira, OAB 15068, do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, nós não estamos com o requerimento que gerou a oitiva do Ambrósio. Eu queria que... eu não sei quem requereu, eu queria saber qual motivação para ouvi-lo novamente, porque o Ambrósio já esteve aqui conosco em uma oportunidade; já esteve lá na Comissão do Senado, também, em outra oportunidade. Eu queria saber qual a motivação para ouvi-lo novamente. Eu não estou com o requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, quero aproveitar para pedir a vênias dos Srs. Parlamentares, eu tenho, infelizmente, quer dizer, infelizmente, quando eu digo porque eu vou ter que me ausentar dos trabalhos da CPI, porque hoje o Deputado Walter Pinheiro está tomando posse como Secretário na Bahia, e ligou e pediu que eu lá comparecesse. Como há um problema de horário de vôo, só há um vôo que me permite chegar a tempo agora, eu infelizmente não vou poder ficar até os finais dos trabalhos, já tinha comunicado isso ao Presidente Itagiba nesse sentido também. Mas à guisa de esclarecimento ao Deputado Laerte Bessa, o que levou à reinquirição do Dr. Ambrósio foram depoimentos prestados por ele na Polícia Federal, nos inquéritos de vazamento da



Operação Satiagraha, e no próprio inquérito que também apura essa questão. Certo? É evidente que ele aqui está protegido sob um *habeas corpus*, ele não tem a obrigação de falar nada que possa auto incriminá-lo, mas eu, se me permitir, eu gostaria de formular 2 breves questões ao Sr. Ambrósio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Então, vamos fazer o seguinte, se não houver objeção: vamos passar a palavra ao Relator, ele já faz as manifestações dele, e depois, aí, nós passamos, em seguida, a palavra ao Sr. Francisco Ambrósio.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Ambrósio, V.Sa. quando dos trabalhos realizadas da Operação Satiagraha manuseou alguma informação sigilosa em relação a sigilos fiscais e bancários?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, excelência, em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Está no seu depoimento que o senhor fazia a leitura dos *e-mails*. Nesses *e-mails* existiam esse tipo de informação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, os *e-mails* que eu manuseava era da antiga Operação Chacal, de um HD que tinha sido bloqueado pelo Supremo Tribunal Federal. E me parece que a 6ª Vara Federal de São Paulo abriu esse HD para ser analisado. Então, os *e-mails* que eu fazia, a triagem que eu fazia, a seleção, era única e exclusivamente desse HD de 2004, do Grupo Opportunity. Então eu não tive, de fato, nenhum...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas nesse HD não existiam informações sobre dados e movimentações bancárias de correntistas do Fundo.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que eu me lembre, a única coisa que existia era do Grupo Opportunity.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Movimentações bancárias dos clientes.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, movimentação bancária do Grupo Opportunity.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso, no HD continha isso.



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Continua isso. Agora, excelência, é bom que se frise o seguinte: eram movimentações não de correntistas em si, mas as movimentações do próprio Grupo Opportunity. Isso eu...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Comunicações entre eles.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas no HD havia movimentações, no HD havia informações, havia registro de correntistas do Opportunity. Isso já é público, notório, inclusive as reiteradas decisões em relação a sigilos, até o Dr. De Sanctis tem se negado a compartilhar informações alegando justamente que no HD tem informações não só do Banco Opportunity como também do Opportunity Fund, que era o Fundo de Investimentos no Exterior do Opportunity. Esse tipo de informações V.Sa. não manuseava?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Acredito que sim, excelência. Agora é aquilo que estou dizendo: eu não analisava esse tipo de documentação. Eu chegava, tinha uma pasta já aberta, para que eu fizesse a minha etapa diária, e eu separava tudo aquilo que fosse financeiro, administrativo, gerencial, aquilo que fosse do interesse que me foi pedido... mas eu, em momento algum...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. só classificava os documentos.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não classificava, eu fazia uma triagem desse..., dava uma rápida leitura, separa isso, não separando impresso nem nada; eu simplesmente pegava destinatário, remetente, dia e hora que isso chegou e colocava numa planilha *Excel*, que é facilmente editado, que a Polícia Federal tem isso lá, e eu não extraía absolutamente nada, simplesmente separava.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No depoimento de V.Sa. à Polícia Federal, o senhor declara que teria ouvido áudios da Operação Satiagraha. É verdade isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Em apenas 2 oportunidades eu tive o desprazer, vamos dizer assim, de ouvir 2 áudios. Um, que foi daquele áudio em que um profissional da imprensa ligou para o Grupo



Opportunity, para alguém do Grupo Opportunity, um assessor de lá; o perito que estava ouvindo deixou o áudio aberto; então, eu ouvi parte da conversa. Na segunda oportunidade, que também o perito acidentalmente deixou o áudio aberto, eu também ouvi que foi aquela parte do áudio do Sr. Greenhalgh, advogado Greenhalgh, que me foi dito na ocasião que ele estava legalmente interceptado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foram os únicos áudios que V.Sa. ouviu?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Foram os únicos áudios que eu ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Leal) - Sr. Relator, eu vou passar a Presidência ao Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Ambrósio, esse técnico que V.Sa. afirma que, por descuido teria permitido que V.Exa. ouvisse os autos, ele era um funcionário da ABIN ou da Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, da Polícia Federal. Não existiu... que eu tenha conhecimento... Que eu tenha conhecimento, não, com absoluta certeza, ninguém da ABIN aqui em Brasília trabalhou nessa parte técnica, tá? De peritagem. Era um perito da Polícia Federal, que trabalhavam comigo 2 peritos da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas nos autos do inquérito há várias informações de que agentes da ABIN compartilhavam esse ambiente lá e ouviam... E se V.Sa. ouviu, não é possível que os agentes da ABIN que estavam lá não ouviam.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Desconheço totalmente. Desconheço totalmente que aqui em Brasília isso tenha ocorrido. A única vez que aconteceu foi nessas 2 vezes. Porque o pessoal da ABIN não mexia com isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Sargento Idalberto nunca esteve nesse...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Sargento Idalberto, da Aeronáutica, nunca esteve presente nas dependências da Polícia Federal. Isso é facilmente aditado também pela...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas não é isso que consta do inquérito. O Sargento Jairo esteve nas dependências?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nas dependências, enquanto eu permaneci nesses 5 meses aqui, no DPF, nenhum dos 2 compareceu à sede da Polícia Federal, nem na sede principal nem no Setor Sudoeste.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois há registros no inquérito de que inclusive pessoas estranhas ao serviço foram introduzidas e com uma senha tiveram acesso ao Guardiã.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Relator, o senhor permite?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, aqui em Brasília não existia a figura do Guardiã.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Relator, o senhor me permite?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu acho que no primeiro volume, pode inclusive ser lido para o depoente o primeiro volume, há, eu diria, caudalosos depoimentos que contraditam... Eu não estou dizendo que o depoente não está falando a verdade, mas eu li e acho que os demais leram, eu diria, caudalosos seguidos depoimentos, que contradizem isso. Existia, tinha acesso, a ABIN participava, entrava, tinha acesso ao Guardiã. Isso está dito lá de uma maneira, eu diria, até repetitiva, cansativa. Só isso.

Mas, se for o caso, acho que se pode ler para que o senhor tome conhecimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu já teria esclarecido a V.Exa....

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Posso?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pois não, o senhor quer fazer alguma complementação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Gostaria de reafirmar: em Brasília não existia esse aparelho chamado Guardiã.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas outro equipamento para fazer...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu cito...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não é que... Nem outro tipo de equipamento que servia para interceptação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nem outro tipo de equipamento de interceptação existia no...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na DIPP não tem?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Na DIPP, eu não sei. Eu sei que na minha sala isso nunca ocorreu. Esse aparelho não existia aqui em Brasília. Isso eu posso afirmar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quantas salas eram utilizadas pela Operação Satiagraha?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Apenas 1.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quantas pessoas ficavam... Quem ficava nessa sala?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Cerca... quando tinha muitas pessoas aqui em Brasília, ficavam cerca de 8 pessoas.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Oito?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Oito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Todas da Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A maioria, da Polícia Federal, e alguns analistas da ABIN.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então o senhor está me dizendo (*riso*) que o pessoal da ABIN estava lá, na sala e, portanto, se V.Sa. ouviu o áudio, é possível que os outros também ouvissem, e que os agentes da ABIN trabalhavam lá, no dia a dia, e que, portanto, podiam ter acesso a esses áudios, como V.Sa. teve...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Como eu já afirmei...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ..ou podiam manuseá-los.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo. Como eu já afirmei em depoimentos anteriores, Excelência, como eu já afirmei em depoimentos anteriores, eu trabalhei aqui em Brasília com cerca de 4 agentes... analistas da ABIN. Inclusive já relatei os nomes e passei para esta CPI. Eles faziam essencialmente o mesmo serviço que eu, que era triagem de *e-mails*, tendo uma



diferença: os *e-mails* que eu separava eram do HD de 2004. Eu não usava nada que fosse da época. Eles já eram diferentes. Eles faziam *e-mails* atualizados. Faziam essa triagem em *e-mails* atuais.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, como eu havia já informado a V.Exa. e informei à Comissão, eu vou ter que me retirar, em função de ter um compromisso que, penso, e por deferência a um colega, mas tenho certeza absoluta de que os Parlamentares que me sucederão nos seus questionamentos poderão enriquecer enormemente os trabalhos desta Comissão e um trabalho de prospecção, como eu fiz. Mas infelizmente não poderei ouvir o Sr. Ambrósio, que está protegido sob um *habeas corpus* e, portanto, pode afirmar aqui o que ele quiser...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Deputado Nelson Pellegrino, pela ordem. Antes que V.Exa. saia, se o senhor puder perguntar ao depoente se havia interceptação de *e-mail* também, ou não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu estou entendendo que sim, porque se eles liam os *e-mails* que foram classificados... Porque... Essa pergunta do Deputado Colbert Martins é pertinente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Tem interceptação de *e-mail*?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. afirma que fez a classificação e a leitura das informações que estavam no HD apreendido do Banco Opportunity. Agora, também há informações nos autos do inquérito de que V.Sa. e os agentes da ABIN também liam, classificavam e faziam relatório sobre outros *e-mails* interceptados. É correta essa informação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, posso afirmar, com a mais absoluta certeza, primeiro: interceptação telemática, sim. Existia. E até onde eu sei, legal. Autorizada pela Justiça.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas V.Sa. e os agentes da ABIN tinham acesso a essas interceptações?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu não tinha acesso. Eu tive única e exclusivamente...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas os agentes da ABIN?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO -...acesso aos *e-mails* do HD de 2004. Agora, esses HDs atuais, a equipe de analistas da ABIN faziam a triagem. Eles não faziam um relatório.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas tinham conhecimento, manuseavam.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Portanto, tinham conhecimento do teor.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Agora, eu, Francisco, isso aí eu não participei, porque o meu serviço foi em cima do HD de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Posso fazer uma pergunta?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Presidente, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Exa., no seu... Não me recordo agora. No relatório de V.Exa. há o indiciamento do Sr. Ambrósio?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não há o indiciamento do Sr. Ambrósio?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quer dizer, ele estaria vindo aqui na condição de testemunha. Então, ele mesmo se colocou na condição de investigado. Não é isso?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas não está compromissado, porque tem um *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Em função do... Isso. Então, quando você entra com *habeas corpus* é porque... na verdade, você está entrando com *habeas corpus* porque você está se colocando não mais na condição de testemunha e, sim, na condição de investigado. E eu acho que nós teremos que trabalhar realmente com essa possibilidade, que todos aqueles que tiveram acesso aos dados confidenciais, sem ser agentes de Polícia Judiciária, que eles sejam indiciados por terem tido acesso de forma ativa a dados que não lhes cabia ter



acesso. Porque, se não, nós vamos ficar nesse jogo de que eu entro com *habeas corpus*, porque eu estou sendo investigado, então eu não posso me autoincriminar, e a partir do momento que... Então, se ele acha que pode se autoincriminar é porque ele tem a consciência de que ele pode ter praticado um delito.

Eu faço só essa consideração à Comissão, porque na verdade nós não temos aqui uma testemunha que queira na verdade colaborar. Nós temos, na verdade, o que eu diria, uma espécie de testemunha hostil, que ao invés de querer colaborar na verdade o que ela deseja é não cooperar com a CPI e se colocou numa condição de alguém que merece e deve ser investigado e possivelmente ter no relatório a sua participação elencada.

Apenas uma consideração que eu queria fazer a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Vai, em consideração às ponderações de V.Exa., no relatório final.

Eu peço mais uma vez escusas a V.Exa. e aos demais pares para me retirar e tenho certeza de que os meus colegas complementarão nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço a V.Exa., e vamos passar ao primeiro inscrito. (*Pausa.*) Não há inscritos? (*Pausa.*)

Ah, não foi liberado? É isso?

Então, vamos...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Vanderlei Macris, com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nós tínhamos uma regra em que o depoente, apenas com antecipação da manifestação do Relator, ele teria que falar por 20 minutos. Seria dado a ele o tempo de 20 minutos para que ele pudesse se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ótimo, vamos passar a essa fase.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Deixa só eu fazer um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Porque há uma inscrição minha para o debate, sim.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só para fazer um esclarecimento, Sr. Presidente. Eu estava ocupando a Presidência, e exatamente, dada a premência de tempo do Relator, nós abrimos excepcionalmente a exceção de S.Exa. se manifestar, fazer suas considerações, sem ainda fazer a oitiva por 20 minutos, que são regimentais, do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, vamos aproveitar a oportunidade e dar o tempo necessário para que o depoente faça as suas considerações.

Eu gostaria apenas de alertar o depoente que o objetivo desta CPI é bem claro e nós precisamos traçar os limites da atuação de cada um. Eu acho que o senhor tem toda a oportunidade de colocar seus pontos de vista, mas nós pediríamos que o senhor fosse o mais fiel possível aos fatos, porque, se não, o que nós vamos ter na verdade é a contradição sempre presente nos depoimentos.

Só para dar um exemplo para o senhor, o Delegado Paulo Lacerda prestou um depoimento à Polícia Federal em que ele diz que entende ser totalmente descabida a participação de agentes da ABIN nas interceptações telefônicas, nas gravações. Ele acha que não é atribuição e nem competência. São palavras situais do Dr. Paulo Lacerda no depoimento.

Nós temos o Delegado Proteses Queiroz dando um depoimento ao Ministério Público dizendo que ele estava cumprindo uma ordem presidencial, segundo com o Delegado Paulo Lacerda.

Então, nós temos uma série de contradições entre esses agentes públicos. Ao invés de virem e relatarem toda a verdade sobre os fatos, cada um fica colocando uma peça de um quebra-cabeça.

Eu acho que o senhor tem a oportunidade de esclarecer a esta CPI o papel que todos tiveram. Nós não estamos aqui tratando o senhor como uma testemunha hostil. Mas a partir do momento em que o senhor vem com um *habeas corpus*, parece-me que o senhor tem algo a esconder. Se o senhor tem algo a esconder e acha que pode ser incriminado com o seu testemunho, é porque o senhor acha que algo que o senhor fez pode ter sido errado.

Então, o que eu peço ao senhor é que, efetivamente, nesta CPI, nesses 20 minutos que o senhor tem, concedido pelo Presidente Hugo Leal, esclareça, de uma



vez por todas, o início, o meio e o fim, para que a gente não tenha necessidade de fazer outras perguntas.

Então, começa pelo início, vai ao meio da situação e ao fim. Como é que isso começa para o senhor, como é que isso se desenvolve para o senhor, como é que isso finaliza?

Com a palavra o Sr. Ambrósio.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Pois não, Excelência. Eu gostaria de colocar a esta Comissão que eu não fiz a preparação de uma explanação. Tentarei fazer isso de forma espontânea. Eu estou aposentado há mais de 10 anos da Agência Brasileira de Inteligência. Na época, SSI (Subsecretaria de Inteligência). Apareceu-me a oportunidade de voltar à ativa, com o convite do Delegado Protógenes, para integrar...realizar um serviço em uma operação que ele estava fazendo, que, posteriormente eu vim a saber, o nome era Satiagraha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou abrir um parêntese aqui. "Voltar à ativa." Cuidado com as expressões, porque "voltar à ativa" parece que o senhor foi reincorporado à ABIN.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo. Eu vou explicar. No segundo contato que eu tive com o Delegado Protógenes, já na Polícia Federal, no 5º andar, ele me falou que eu iria fazer um serviço específico como colaborador eventual. E que, em decorrência da falta de material humano e da falta de material financeiro, ele só poderia me pagar mil e quinhentos reais por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quando se deu isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso se deu em meados de fevereiro de 2008. Aceitei a oferta que ele me fez, porque ficou especificado, claramente dito que eu iria, única e exclusivamente, manusear um HD. Não analisar HD, porque eu não tenho competência técnica para isso, mas fazer uma triagem, uma seleção de *e-mails* que estavam contidos nesse HD, que seria da Operação Chacal, que teria sido liberado pela Justiça Federal para que fosse feito esse serviço. Pois bem, durante os 5 meses em que eu passei lá — não chegou, praticamente, nem a 5 meses, porque eu cheguei em meados de março e saí no dia 8 de julho —, durante esse tempo em que eu passei lá, em nenhum momento, em



nenhum momento eu manuseei outro tipo de *e-mail* a não ser desse HD, da Operação Chacal, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse HD estava submetido a sigilo? Ou seja, estavam sob segredo de Justiça os dados contidos nesse HD?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Esse HD, pelo que me consta, tinha sido bloqueada a sua abertura pela Ministra Ellen Gracie, em 2004. Porém, o juiz da 6ª Vara Federal de São Paulo teria autorizado a abertura, não sei se com a autorização do Supremo ou não, ou seja, não posso afirmar. É o que eu conheço do caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para ajudar a esclarecer. Deve ter sido autorizada a Polícia Federal a abrir para investigar. Mas não quer dizer que o sigilo desse HD tenha sido quebrado para o público, em geral.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Eu acredito que não, até porque era segredo de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, veja bem, só para que a gente contextualize a sua situação. O senhor não é um servidor ativo do Estado brasileiro. O senhor é um servidor inativo do Estado brasileiro. O senhor não pertence à Polícia Judiciária da União e o senhor teve acesso a um HD, que estava submetido a segredo de Justiça, na figura de colaborador eventual remunerado. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado. Pode prosseguir.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Levando-se em consideração que eu fui procurado pelo Presidente do inquérito, o Delegado Protógenes, e ele determinou que fosse feito isso, eu posso afirmar para os senhores, até o presente momento, que eu tenho plena convicção de que eu estava fazendo um serviço institucional. Isso na minha convicção. Posso estar enganado, porque eu não conheço essa parte. Então, qual foi o meu serviço durante esses 4 meses e pouco, 5 meses que passei lá dentro? Única e exclusivamente fazia a triagem desses *e-mails*. Fazia uma pequena...uma rápida leitura e separava aquilo



que achava que poderia ter algum indício de algum crime. Com relação aos outros analistas da ABIN, que chegaram a trabalhar nessa mesma sala, não comigo, mas na mesma sala em que eu estava presente — todos eles chegavam de manhã cedo —, também tinham uma etapa a ser cumprida. E essa etapa a ser cumprida era passada por um dos peritos da Polícia Federal que se encontrava lá. Nós nunca chegávamos e nós mesmos ligávamos nosso computador. A gente chegava, o computador já estava devidamente preparado, simplesmente para a gente já diretamente acessar. Com relação a interceptações, todas as interceptações que me foi falado — vejam bem, não me foi dito que houve interceptações em cima de pessoas —, disseram-me que todas as interceptações que estavam havendo na Operação Satiagraha eram, todas elas, através de uma demanda judicial. Em nenhum momento foi falado em interceptações clandestinas ou desvio de qualquer coisa. Isso em absoluto foi falado lá. A única coisa que eu tenho absoluta certeza de que me foi dita, as interceptações são todas autorizadas pela Justiça. E com relação à parte das interceptações telefônicas, eu também não manuseei. O meu serviço foi única e exclusivamente em cima desse HD de 2004. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Vanderlei Macris, para os seus questionamentos.

O próximo inscrito é o Deputado Laerte Bessa; depois, Raul Jungmann; depois, Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Ambrósio, o senhor já esteve aqui prestando depoimento a esta Comissão, anteriormente, e fez a seguinte declaração no dia 24/09/08: *“Como estava precisando complementar renda, aceitei o trabalho, que — aí eu quero frisar — se limitou a examinar e-mails antigos. Quero deixar claro que não examinei HD de computador, até porque não tenho qualificação para tanto.”*

Bem, essa é a sua declaração feita aqui *ipsis litteris*, ou seja, tal qual ela foi dada, gravada e devidamente anotada aqui como sua declaração fiel.

Aí, o senhor vai à Polícia Federal, no dia 6 de novembro de 2008, e diz o seguinte: *“Que com respeito à interceptação telefônica da jornalista Andréa Michael, informa que tomou conhecimento de tal fato e que, inclusive, excepcionalmente neste caso, ouviu um áudio da jornalista com um dos integrantes do Grupo*



Opportunity, na sala onde trabalhava, enquanto um dos peritos o ouvia sem o fone de ouvidos; que também ouviu um áudio, nas mesmas circunstâncias, entre o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e o Chefe de Gabinete da Presidência, pois o telefone do advogado, pelo que sabe, estava sendo monitorado.”

Pois bem, qual declaração vale, Sr. Ambrósio: a que o senhor deu aqui ou a que o senhor deu na Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - As 2 declarações, Excelência, porque, inclusive, ainda há pouco...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Aqui o senhor omitiu. Nós perguntamos, inclusive, de maneira categórica: o senhor tinha outra atividade que não ler os *e-mails*? O senhor disse que se limitou a examinar *e-mails* antigos. Apenas isso.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Concordo plenamente com V.Exa. Só que tem um detalhe: eu não, em nenhum momento, estava ouvindo nenhum tipo de degravação. Por acaso, o perito deixou o canal aberto, e eu pude ouvir. Mas eu estava fazendo, sempre fiz, a minha função, que era fazer triagem nos *e-mails* contidos no HD de 2004.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E por que o senhor omitiu isso aqui na CPI, quando deu declaração?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu não omiti, Excelência!

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está dito aqui. *“Se limitar apenas. Fiquei só na leitura de e-mails. Não tinha mais nenhuma informação.”* Quando na Polícia Federal o senhor deu uma informação nova, que é importante. Evidente que é importante.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Que o senhor teve conhecimento de áudios, não só da interceptação telefônica da jornalista Andréa, mas também do Luiz Eduardo Greenhalgh.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo, Excelência, continuo com a minha linha de raciocínio. Eu, em momento nenhum, ouvi, tinha a



função de colocar fones de ouvidos e fazer de gravações de alguma coisa, seja legal ou não. O que me foi dito é que tudo que estava sendo feito era legal.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Bom, então foi por acaso que o senhor ouviu?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Acidentalmente, foi por acaso. Eu acabei de explicar aqui, Excelência, que acidentalmente nessas 2 oportunidades, o perito deixou o canal aberto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso era na mesma sala, essa, essa, esse perito? Quem era o perito?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu poderia passar o nome *a posteriori*? Porque se trata da área de inteligência, eu passo o nome a V.Exas. através do...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Com autorização do Presidente, sem problema nenhum.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Pode ser?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Agora me diga uma coisa, o senhor disse que não tinha, não tinha áudio de Guardiã aqui na sala onde o senhor trabalhava. O Guardiã ficava em São Paulo e não aqui em Brasília. Como eram ouvidas essas gravações? Como é que o senhor teve acesso a isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu desconheço, que eu nunca vi um Guardiã na minha vida. Eu estou aposentado há mais de dez anos e quando eu me aposentei ainda não existia essa aparelhagem. O que foi dito, que a central desta Operação Satiagraha era em São Paulo e toda essa parte de interceptação legal, autorizada pela Justiça Federal, estava sendo realizada em São Paulo. Aqui em Brasília, até onde eu fiquei sabendo — porque não me foi dito, eu fiquei sabendo —, é que existia um tal de portal de voz.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Portal de voz?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - É.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O que é isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Que seria uma transmissão, via computador, de São Paulo para cá.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - De São Paulo para cá.



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - É.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E aqui, na sala onde o senhor estava, os peritos ouviam?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ouviam. Agora, eu não posso, pelo conhecimento técnico que eu tenho, chegar e dizer para o senhor: era isso. Eu sei que eles ouviam, mas aqui em Brasília não existia...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eles ouviam e faziam o quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu não sei o que eles faziam. Eu sei que...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Anotavam?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eles, eles ficavam com fone de ouvido... sinceramente, eu não sei qual era o serviço deles.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Como é que o senhor ouviu essas 2 gravações aqui?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Como eu acabei de explicar, porque o perito esqueceu o áudio aberto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bom. No caso da Andréa Michael, o que o senhor ouviu a respeito dessa questão?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Foi pouca coisa, que ela teria entrado em contato com um alto assessor do Grupo Opportunity, não sei se no Rio de Janeiro ou em São Paulo, e disse que tinha notícias, algumas informações de interesse do Dr. Daniel.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E quais são as informações?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor não chegou a ouvir?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não, porque ela ligou avisando só que teria essas informações.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Esse é o único trecho que o senhor ouviu ?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Informações importantes.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E o Luiz Eduardo Greenhalgh? Como é que foi essa conversa com o Chefe de Gabinete da Presidência da República? O que o senhor ouviu a respeito disso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Essa conversa foi quando daquela, que teve, me parece, houve um incidente no Rio de Janeiro e alguém teria se identificado como sendo agente da ABIN. Parece que a pessoa foi conduzida à delegacia, não me lembro bem como é que foi a história, o Greenhalgh, como era advogado... me disseram que ele era advogado do grupo. Eu não posso afirmar isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem disse para o senhor isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O próprio Delegado Protógenes.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei. O Greenhalgh teria entrado em contato com o Chefe da Casa Civil e perguntado a ele se ele sabia se estava sendo feita alguma vigilância em cima de alguém do Grupo Opportunity, lá no Rio de Janeiro. E qual foi o resultado dessa conversa?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu não sei qual foi o resultado da conversa.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor só sabe que o Greenhalgh falou com o Chefe de Gabinete do Presidente querendo saber se havia algum movimento da Polícia Federal...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. E *a posteriori*, quando foi comentado o caso, e me parece que isso aí saiu até na imprensa, o próprio Delegado Protógenes disse que não havia problema. Por quê? Porque o Dr. Gilberto Carvalho não estava interceptado; quem estava interceptado era o Dr. Greenhalgh.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quer dizer que o Dr. Protógenes confirmou para o senhor que o Dr. Greenhalgh era alvo e estava sendo interceptado pela Polícia Federal.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De acordo com determinação judicial.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito bem. O senhor conhece a Policial Karina? E Valter?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A Policial Karina é uma Delegada da Polícia Federal e o Valter eu não sei se ele é agente ou se ele é Delegado da Polícia Federal, mas ambos são de São Paulo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor teve algum contato com ele nessa operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Quando eles, quando eles vinham a Brasília, eles vinham para a nossa sala, normalmente eu os via lá.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E qual era a função deles, o senhor sabe?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A Delegada karina, com certeza absoluta, era delegada e trabalhava no caso. Era...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Na operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Na operação.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Qual a operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A Operação Satiagraha.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ela também trabalhava na Operação Satiagraha?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ela trabalhava na operação, sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Como suporte do Dr. Protógenes?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Fazia parte da equipe do Dr. Protógenes. Tanto ela quanto o Walter. Não sei se delegado ou se agente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sei.

Dr. Ambrósio, é o seguinte: existe aqui um depoimento. O senhor conheceu o Sr. Idalberto?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Conheci.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É? Qual a relação do senhor com ele? Ou como foi no processo da Operação Satiagraha?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu conheço o sargento Idalberto há cerca de 20 anos, um pouco mais ou um pouco menos. Conheci ele no Serviço de Inteligência da Aeronáutica e de lá para cá mantivemos uma relação de amizade. Na Operação Satiagraha, ele, em hipótese nenhuma, em nenhum momento, ele adentrou o prédio da Polícia Federal. Ele foi ao setor sudoeste, onde passamos a operar depois, e desconheço totalmente qualquer participação dele nessa operação. Sei apenas que ele é amigo, conhecido do Dr. Protógenes.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Tem aqui um depoimento do Sr. Idalberto, do dia 26 de setembro, na Polícia Federal, que diz o seguinte: *“Que perguntado se foi o autor da referida interceptação ambiental, respondeu que se reserva no direito de permanecer calado e responder somente em juízo. Que perguntado se comentou tal fato com Francisco Ambrósio, dizendo a essa pessoa ‘Chico, tô no sal. Se ela descobre, tô no sal’, dando a entender que o depoente seria o responsável por tal gravação, respondeu que se reserva no direito de ficar calado”*. O que o senhor sabe disso aqui: *“Chico tô no sal”*? O que quer dizer isso? O que ele quis dizer para o senhor com essa história?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Bom, a princípio ele chama todo mundo de Chico.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Hã.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O que aconteceu aí foi o seguinte: essa jornalista procurou o sargento Idalberto, que já são conhecidos há bastante tempo. Eles têm uma relação de amizade de bastante tempo. Então, ela disse que esteve na Polícia Federal, e, na Polícia Federal, alguém teria dito a ela que existia uma fita, alguma coisa onde ela estaria sendo grampeada, e que existia a voz do sargento Idalberto. O Idalberto, como mantém uma relação de amizade com ela há bastante tempo, me procurou querendo saber se isso era fato. Só que eu não tinha conhecimento disso, até que (*ininteligível*) me falou, nós já estávamos afastados da Operação Satiagraha, porque isso se deu em setembro. Ele me procurou, se não me engano, foi entre 3 e 5 de setembro. Aí ele usou esse termo: *“Chico eu estou no sal”*. Usou como? Para querer me demonstrar que ele estava



receoso de que ela entendesse, subentendesse que ele teria feito isso. Conversando com ele, ele me garantiu categoricamente que ele, no máximo, pode ter acontecido de ter sido vítima de um grampo junto com ela, de uma escuta junto com ela. Aí ele marcou comigo uma reunião com a jornalista Andréa, até na Asa Norte, entre os dias 3 e 5, não me...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor, o Idalberto...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu, ela...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... e a jornalista?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - E a jornalista e o Idalberto, onde ela me fez algumas perguntas querendo saber se eu tinha conhecimento desse áudio, dessa fita, seja lá de que fosse.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Hã.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu expliquei para ela que já estava afastado, que durante o período que estive lá, isso não aconteceu. E ela garantiu o seguinte: que acreditava no Idalberto, que não teria sido ele, até porque ele não tem habilidade para isso. Ele garantiu categoricamente que não fez isso, e eu prefiro acreditar nele, acredito piamente nele, porque quem conhece o Idalberto sabe que ele não tem condições de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, o que achei interessante na sua declaração é que o senhor disse o seguinte: "*Não. Eu posso afirmar que isso não foi feito*". Como é que o senhor pode afirmar que isso não foi feito? O senhor não tinha acesso às interceptações telefônicas!

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Desculpe. Então, vamos... Eu não tive nenhum conhecimento a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah! O senhor não teve... Não chegou ao seu conhecimento que isso possa ter sido feito lá, mas você não pode dizer que não foi.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Assim também, Excelência, como não posso afirmar que foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso. Porque uma coisa é o que o senhor disse, uma outra coisa é o que o senhor está dizendo.



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo, certo. Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Porque se o senhor está afirmando, é porque o senhor teve acesso aos autos de toda a operação.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso. Com a absoluta certeza, durante a minha permanência lá, isso não foi ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o que nós estamos falando... Porque eu não entendi bem. O que nós estamos falando? Nós estamos falando do quê? De uma gravação de uma conversa da jornalista ...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Andréa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Andréa, da *Folha de S.Paulo*.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Deputado citou o nome certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com o ...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Idalberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com o Idalberto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não, aqui é um depoimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, mas a gravação teria sido de uma conversa entre os 2. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Entre os 2.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - E o Idalberto teria promovido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas essa conversa, então, teria sido uma conversa telefônica. Por exemplo, o Idalberto ter-lhe dito que essa gravação teria sido feita por terceiros e não por ele. Então, seria uma interceptação telefônica? É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei. Eu acredito mais que tenha sido uma escuta ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma escuta ambiental. E esse encontro entre os 2 se deu onde?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Parece-me que foi num restaurante ou na casa dela. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí teria alguém instalado uma escuta ambiental na casa da jornalista. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Ou alguém teria feito ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quem poderia ter feito? Quem estava investigando a jornalista?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas a sua operação não estava investigando a jornalista?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Do meu conhecimento, a única vez em que aparece o nome da Andréa foi nessa interceptação que ficou em aberto, de que ouvi parte da conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ah, o senhor ouviu parte da conversa. Quem lhe deu acesso a essa parte da conversa?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, como eu já expliquei, o áudio... o perito esqueceu acidentalmente o áudio em aberto e, acidentalmente, quem estava na sala naquele dia ouviu um trecho apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E o senhor reconheceu a voz dos 2?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então como é que o senhor sabe que a conversa é entre eles?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Porque o perito falou que a ... Opa, espera aí, vamos... Aí nós vamos entrar numa confusão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É melhor esclarecer.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Quando nós estamos falando dessa vez em que o perito deixou o áudio em aberto, foi um telefonema que a jornalista Andréa teria dado para o Grupo Opportunity.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Para quem?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Para um assessor do Grupo Opportunity, dizendo que tinha algumas informações. Não tem nada a ver com essa história, com o Idalberto. Não tem nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas o senhor ouviu essa conversa, essa fita da conversa do Idalberto com a ...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, senhor. Não tive acesso a isso. Eu sequer estava mais lá. Isso foi (*ininteligível*). Ele, preocupado, me procurou querendo saber se eu tinha conhecimento de alguma coisa a respeito disso. Eu não tinha conhecimento. Já nem estava mais lá.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Para concluir, Sr. Presidente, tenho mais 2 perguntas aqui. O senhor estava fazendo um trabalho remunerado.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem pagava o senhor era o Dr. Protógenes.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Dr. Protógenes, com contrarrecibo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Com contrarrecibo. Foram 1.500 reais que o senhor recebeu e fez o trabalho. Muito bem. A pergunta que fez o Presidente desta CPI ao senhor é muito séria. Quer dizer, as únicas pessoas que estavam legalmente autorizadas a manusear qualquer tipo de informação sigilosa eram funcionários devidamente autorizados pela Polícia Federal. O senhor, naquele momento, não era funcionário da Polícia Federal. Estava agindo através de uma solicitação feita pelo Dr. Protógenes. Quem mais estava na sala? Quais os nomes das pessoas que estavam na sala que não eram policiais federais na ativa, ou seja, que eram funcionários da ABIN ou que eram colegas seus etc.? Quem eram as pessoas que estavam naquela sala no momento?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, vamos explicar essa parte da minha presença na Operação Satiagraha. Eu posso afirmar ao senhor que sou leigo com relação à legislação. Quando eu fui convidado, eu ainda perguntei ao Dr. Protógenes: "*Eu posso participar?*" Ele disse: "*Pode. Existe uma brecha na lei em que você pode participar como colaborador eventual*". Então,



eu, para mim, até hoje, acho que prestei um serviço institucional, porque me garantiram que eu estava dentro da lei. Não me deram acesso a outro tipo de dado que estivesse sob segredo de justiça. Eu fiquei única e exclusivamente em cima da triagem desses *e-mails*. Com relação aos outros integrantes da ABIN que por lá passaram, faço questão de frisar novamente: são homens da Inteligência, com a devida autorização do Sr. Presidente. Já passei os nomes na vez anterior. Passarei novamente para o Presidente desta CPI.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem, Sr. Presidente. Estou satisfeito. Obrigado.

Obrigado, Sr. Ambrósio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Vanderlei Macris.

Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, nós recebemos hoje aqui a decisão do juiz Fausto De Sanctis, que já era prevista. Já era previsto que ele ia dar essa decisão negativa, como ele sempre deu. Ele, simplesmente, se recusa a colaborar com uma investigação muito importante para o País que é a investigação do caso Satiagraha. O Dr. Fausto De Sanctis, da mesma forma que ele foi ouvido aqui a primeira vez, manteve aquele posicionamento de não colaborar com a CPI. Eu acho que ele está prestando um grande desserviço para a Nação, não é para a CPI não, porque não somos nós quem somos a ré dessa situação programada por ele, mas o País, porque simplesmente ele não está colaborando. Mas, em contrapartida, o Dr. Ali Mazloum colaborou bastante, e nós tivemos o outro lado da moeda do conhecimento. Só aqui tivemos o conhecimento daquela investigação da Polícia Federal contra o vazamento daquela informação para uma rede de televisão em detrimento das outras.

Mas, Sr. Presidente, queria fazer a minha colocação e peço desculpas aos colegas se estou indo contra a vontade deles, contra a opinião deles.

O objetivo da CPI nossa, Sr. Presidente, que é o principal fator da sua instalação, é investigar o Seu Daniel Dantas e a Kroll. Porque até então as informações são de que na Kroll, subordinada ao Sr. Daniel Dantas, estava fazendo grampos ilegais, acompanhando a vida de políticos e de executivos do nosso País.



A nossa instalação desta CPI originou de uma conversa, de uma informação que saiu lá do Supremo.

Hoje, infelizmente,... Até quero dizer aqui para os colegas que eu não sou advogado de ninguém, não sou advogado do diabo. Nada disso. Eu quero esclarecer o que está acontecendo.

Hoje estamos investigando o Dr. Protógenes que sai totalmente do foco da nossa CPI. Não vejo motivação — até agora estou lendo os documentos — para ouvir o Sr. Ambrósio novamente.

Entramos na escala inferior de uma investigação que não tem nada a ver com o nosso objetivo. Hoje estamos questionando o Sr. Ambrósio de uma participação que ele teve na CPI, que ele foi até contratado para ajudar. Até então, ele estava achando que estava fazendo um serviço bom, em prol do País, porque era uma investigação muito importante até então, não se tinha suspeita alguma de irregularidade na investigação. O nosso objetivo, naquela época, o objetivo da Operação Satiagraha era chegar aos verdadeiros bandidos que estão atropelando a nossa legislação e estão roubando dinheiro público do nosso País, porque sabemos muito bem quem são esses bandidos. Não é o Ambrósio que está roubando nem é o Protógenes também. Estou citando aqui para que a gente possa ter uma reflexão melhor do que estamos fazendo aqui. Estamos numa situação em que estamos invertendo todo o sentido da coisa.

Eu vou fazer um exemplo aqui, comparando o trabalho do Ambrósio na Operação Satiagraha. Eu, como policial — nosso Presidente, V.Exa, também como policial —, em diversas oportunidades, contratei um chaveiro para entrar numa casa. Eu contrato um chaveiro, eu sou um delegado de polícia, vou lá e contrato o chaveiro: *“Escuta, eu quero tanto para você abrir uma porta para mim”*. O chaveiro não vai discutir. Ele está achando que está trabalhando para a lei, que está trabalhando para o bem. Ele vai lá e abre a porta. Aí nós vamos descobrir lá que estava irregular a entrada do delegado naquela residência, por exemplo. Aquela invasão está se caracterizando uma invasão de domicílio. Nós podemos culpar o chaveiro por isso? É o caso do Ambrósio. O Ambrósio foi contratado para fazer um serviço que, até então, ele não sabia do que se tratava. E ele estava achando — estava sendo até remunerado — que estava prestando um serviço não só para a



Polícia Federal como também para o nosso País. Agora, estamos ouvindo o Sr. Ambrósio pela terceira vez, porque ele já foi ouvido também no Senado. Então, o foco da nossa investigação direcionou todinho para um fato que não se trata de nenhuma interceptação telefônica alguma. O Sr. Ambrósio não fez interceptação. Nós não temos comprovada nenhuma interceptação irregular feita pelo Dr. Protógenes. Não há nenhuma! Então, estou achando estranho por que estamos entrando nessa seara.

Estou preparando um requerimento para ouvir o Dr. Fausto De Sanctis, que tem que dar informação para nós. Porque se ele autorizou o Dr. Protógenes a fazer alguma interceptação irregular ele vai ter que dizer para nós. Por que ele está se furtando a dar informação para nós?

Se o Seu Protógenes fez alguma interceptação — que nós não achamos nada até agora —, o Dr. Fausto De Sanctis deve estar sabendo e tem que informar para nós. Agora, nós estamos investigando uma possível interceptação da Polícia Federal que trabalhou na Operação Satiagraha e desviamos o nosso foco.

Estou fazendo um requerimento para ouvir o Dr. Fausto De Sanctis que tem o dever de contribuir para a CPI, mas está se negando. Não sei quais as razões que ele está alegando para se negar, porque essa decisão dele aqui é muito fajuta. Ele deu uma decisão aqui simplesmente que não leva a sentido nenhum, muito menos para a nossa investigação da CPI.

Estou também requerendo, agora, neste momento, Sr. Presidente, a oitiva de novo do Daniel Dantas. Porque nós saímos. Já ouvimos o Ambrósio 3 vezes — a terceira vez hoje. Já ouvimos outras pessoas ligadas à investigação Satiagraha várias vezes. E o Sr. Daniel Dantas veio aqui, livremente, com o *habeas corpus*, e falou em defesa dele. Defendeu-se aqui e deu uma de bom samaritano não só para nós, mas para todo o País. A coisa se inverteu.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, para investigar as interceptações irregulares que foram feitas pela Kroll. Porque sabemos que foram feitas pela Kroll e queremos informação do juiz que, à época, presidiu o processo da Operação Chacal e também do Sr. Fausto De Sanctis, que presidiu o processo da Operação Satiagraha.

Infelizmente, não tenho nada para perguntar para o Ambrósio, porque aqui não tem nada a ver com o nosso objetivo. O Sr. Ambrósio está aqui injustamente.



Não estou acusando ele, nem ninguém, de ficar reprimindo uma decisão judicial que ele trouxe aqui. É um direito dele. Se ele é indiciado, se não é indiciado, se ele é testemunha, se não é testemunha, isso aí é uma questão dele, porque ele está sendo prejudicado na sua vida familiar e na sua vida profissional.

Então, eu volto a repetir: o nosso objetivo aqui são aquelas ligações que apareceram e nós estamos investigando e não investigação irregular, muito menos grampo, que não conseguimos apurar ainda de interceptação irregular por parte da investigação da Satiagraha, porque até agora não apareceu nada, e nós estamos querendo forçar uma situação que não tem nada a ver.

O Sr. Ambrósio não tem nada a ver. Nós estamos aqui perdendo tempo. Ao invés de estarmos ouvindo o Sr. Daniel Dantas, o juiz De Sanctis, estamos aqui ouvindo o Sr. Ambrósio, que está aqui como vítima. Não está aqui como testemunha nem como indiciado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Laerte Bessa pelas suas considerações. Só gostaria de lembrar a V.Exa que dos requerimentos votados, V.Exa com eles votou também.

Então, as pessoas que estão aqui, alguns com a presença de V.Exa., aprovando os requerimentos; outros talvez V.Exa. não estivesse quando foram aprovados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Estou com a palavra. Depois, se for o caso, passo a palavra para uma réplica a V.Exa. Se for o caso.

Eu digo a V.Exa. que o trabalho da CPI é um trabalho coletivo. Nele, os Deputados, como V.Exa, colocam os seus pontos de vista, fazem os seus requerimentos, que são aprovados por deliberação, e são investigados fatos relacionados com a questão da interceptação.

Quando solicitamos a vinda do Dr. De Sanctis e do Delegado Protógenes, nós o fizemos no sentido de obter os dados que entendíamos necessários para ampliar a investigação no que diz respeito ao Sr. Daniel Dantas. Infelizmente, alguns vieram coberto pelo sigilo e outros faltaram com a verdade perante a Comissão, o que não precisavam ter feito. Quando você falta com a verdade, quando assume um



compromisso, você está sujeito às penas da lei. O senhor é delegado tanto quanto eu e sabe melhor até do que eu que essas questões se colocam dessa forma. Agora, o desenrolar dos fatos demonstraram o quê? Que, dentro da questão de uma investigação, onde se utilizou a interceptação, nós vimos que foram utilizados expedientes que, no mínimo, são incorretos, indevidos e até mesmo ilegais, com a participação que, sim, tem muito a ver com a questão das interceptações, do manuseio de dados por pessoas que, em tese, não têm atribuição nem competência para isso. Então, acho que cada um de nós tem condições de discutir, colocar os seus pontos. Reconheço a fala de V.Exa., mas também os outros colegas têm condição de fazer as suas perquirições, ouvir as pessoas e direcionar o lado da investigação cada um de nós para o lado que acha mais importante para o deslinde desta CPI.

Mas agradeço muito a manifestação a V.Exa.

Com a palavra V.Exa. para...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Não, Sr. Presidente. Eu acho que V.Exa. tem razão. Realmente, é isso que V.Exa. colocou. Eu só acho que não seria competência nossa entrar nessa seara do que foi feito pela investigação, mesmo porque esse terceiro inquérito que foi instaurado pela Polícia Federal para apurar Protógenes e companhia já está bem adiantado. Tanto é que nós fomos a São Paulo e o Dr. Ali Mazloum nos esclareceu quase tudo da investigação. Então, aquilo já está bem encaminhado, e nós deveríamos voltar ao foco do nosso objetivo: que é a peregrinação nossa no sentido de apurar aquelas escutas que nós sabemos que aconteceram e que até agora nós não chegamos, nem nós nem o processo... Bom, nós não sabemos se o processo do Dr. De Sanctis chegou, porque não passou nada para nós.

Então, era só isso que eu queria esclarecer, para que nós possamos ser mais objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Laerte Bessa. Lamento também, como V.Exa., o não compartilhamento de dados pelo Juiz De Sanctis. Nós estamos sentindo, inclusive, no âmbito de alguns setores da Justiça Federal de São Paulo e do Ministério Público de São Paulo, um impedimento para o avanço das investigações que hoje são, como V.Exa. muito bem



colocou, realizadas pelo Departamento de Polícia Federal, que constatou crime e irregularidades administrativas na condução do procedimento presidido pelo Delegado Protógenes. Acho que aqui a gente não tem que trabalhar com maniqueísmos, nem com o bem contra o mal. O que nós investigamos são fatos. Enquanto as pessoas investigam fatos criminosos, as pessoas investigam com isenção. Quando, em vez de investigarmos fatos criminosos, nós passamos a investigar pessoas, na verdade, o que nós passamos a ter é exatamente um desvirtuamento da atividade policial. Na verdade, a gente só investiga porque existe um fato criminoso que pode ser atribuído a uma determinada pessoa. Então, quando a gente tem essas bandeiras “eu sou o bem, aquele é o mal”, “eu sou o certo, aquele está errado”, na verdade, a gente está deixando de praticar aquele múnus público que nos foi atribuído de investigar o fato delituoso, quem o cometeu, porque o cometeu e apresentar à Justiça aqueles que porventura o tenham cometido.

Eu vou passar a palavra agora ao Deputado Raul Jungmann, próximo inscrito.
(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Está lá na lista, sou eu.

Muito obrigado.

Agora, se a Bahia quer exercer a sua precedência histórica sobre Pernambuco... Quero dizer que o Imperador Dom Pedro II já morreu há muito tempo.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Se V.Exa. considerar, eu aceito, sem discussão.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Isso é uma querela...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - *(Inaudível)* ...vai interceptar a minha palavra?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não há nenhuma necessidade. O senhor é um agente público e não precisa disso.

Sr. Presidente, eu também queria dizer 2 palavrinhas a respeito desse assunto suscitado aqui pelo nosso colega Laerte Bessa.

E, ontem, inclusive, eu conversava com o Relator, o Deputado Nelson Pellegrino.

Laerte, se esta Comissão não avançou mais no deslinde das atividades do banqueiro Daniel Dantas é porque não contou com a colaboração institucional de



tribunais, juízes, instâncias superiores. Sabe V.Exa., como todos que estão nesta sala, que esta CPI pugnou longamente em obter informações sobre operações da Polícia Federal, por ter acesso a inquéritos em andamento, em autos, junto do Supremo Tribunal Federal, e seguidas vezes teve denegado o seu pedido. Agora mesmo, recentemente, o senhor participou da comitiva que esteve, como o senhor dizia, com o Juiz Fausto De Sanctis, que uma vez mais, e, no meu entender, inexplicavelmente, nos obstrui, nos tira a possibilidade de fazer o que nós estamos fazendo agora, porque, sem entrar no mérito do papel que teve o Francisco Ambrósio, a qualidade do interrogatório de hoje, fruto do acesso aos autos, é totalmente diverso! Não é jogo de cabra-cega. E, infelizmente, também sem entrar no mérito, diversas instâncias da Justiça, da Procuradoria e até da Polícia nos negaram dados e informações essenciais para podermos fazer o que nós estamos fazendo agora. Então, esta CPI não tem um desequilíbrio, não tem um viés ou, como alguns procuraram até dizer, deixou de ser a CPI da Escuta Telefônica para ser a da Operação Satiagraha. É porque nos foi impedido isso! A nós, foi impedido. Se isso atende aos ditames e à legalidade da Justiça, muito bem. Mas a verdade é que esta CPI não conseguiu avançar no deslinde das ações ditas ou supostamente criminosas do banqueiro Daniel Dantas porque não foi impedido. Estou certo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Já que V.Exa. pede o meu concurso...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... digo a V.Exa. o seguinte: com a maior tranquilidade do mundo, eu tenho um único voto até agora apresentado, sei que outros serão apresentados, no sentido do indiciamento — isso é público, é notório — do Sr. Daniel Dantas, com base nos depoimentos que foram aqui prestados, pela prática de interceptação ilegal. E, aí, conclamo mais uma vez, os juízes, que são detentores de dados que são fundamentais para consubstanciar os demais votos que, porventura, poderiam vir no mesmo sentido, para que liberem os dados da investigação da Kroll, porque ali é que estão contidas todas as questões que também nos interessam para o fim desta CPI. Então, a partir do



momento em que os juízes não o fazem, não colaboram com a Comissão Parlamentar de Inquérito, eles, sim, estão protegendo o Sr. Daniel Dantas.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E me permita, para concluir esse intróito, dizer também o seguinte. Lembrar que partiu desta CPI a sugestão, inclusive requerimento apresentado por nós, Sr. Presidente, a sugestão de que, não tendo condições técnicas a Polícia Federal de quebrar o acesso aos discos rígidos, HDs, do Sr. Daniel Dantas, o fizesse em acordo que existe — está certo? — com o Governo americano, através da NSC ou através do FBI, o que terminou acontecendo por sugestão nossa, inclusive. E eu quero dizer que também tenho um voto em separado pedindo o indiciamento do Sr. Daniel Dantas! Agora, o que é que nós podemos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E, aliás, esperamos que os demais colegas nos acompanhem nesse voto.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Claro, claro, não tenha dúvida.

Agora, o que você vai fazer, meu caro? Como é que você vai fazer? Você precisa ter material. É negado. Como é que nós vamos chegar? Há uma espécie de blindagem em torno do Sr. Daniel Dantas. No limite da nossa competência, da nossa legalidade, do que nos assegura a Constituição, nós tentamos e vamos continuar tentando. Estamos aqui pedindo. Pedimos hoje, Presidente, a reinquirição do Sr. Daniel Dantas. Já pedimos aqui, estamos entrando com o requerimento. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Inclusive, eu vou fazer uma sugestão: eu queria designar 3 membros desta Comissão para que, a partir deste momento, trabalhassem na busca de um recurso à Justiça para revogar a decisão do Juiz De Sanctis.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu me disponho, Sr. Presidente. Eu me disponho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, Deputado Raul Jungsmann, Deputado Laerte Bessa, Deputado Colbert, espero que o Deputado também...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Outra coisa. Permita-me, Presidente, permita-me pedir a V.Exa. para fazer uma diligência na Polícia Federal



se já temos o resultado dos HDs que foram para o exterior para serem decodificados. Mas não quero tomar mais tempo, Sr. Presidente.

Passo, então, à inquirição do Sr. Francisco Ambrósio, dando evidentemente as boas-vindas e...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Desculpe o quê? *(Pausa.)* Ah, por favor. Vamos aguardar.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, esta Comissão, constituída pelos Deputados que aqui se encontram, poderia ver, junto à Procuradoria da Casa, a possibilidade de se entrar com mandado de segurança contra a decisão do Juiz De Sanctis, no sentido de que possamos vir a ter acesso a esses dados que são fundamentais para o trabalho por nós realizado.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Jungsmann com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, só para informar aos colegas aqui, da Comissão, que estamos dando entrada a 2 requerimentos de convocação. Um é do Daniel Dantas. Quem quiser assinar conosco... O Laerte está querendo. Quer dizer, é conjunto, passa a ser um requerimento conjunto. Lógico. Também. Por favor. Por favor, para ele aqui. E se o pessoal quiser assinar, para que a gente faça conjunto.

E também um requerimento de convocação, Sr. Presidente, do Juiz Fausto De Sanctis. É preciso esclarecer aquela informação que consta do depoimento dado pelo Protógenes aqui, ao Ministério Público Federal do DF, de que ele tinha conhecimento da participação da ABIN, o que foi negado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Acho que é muito importante essa providência não só nesse sentido, mas também do próprio Procurador da República, porque, na verdade, o Delegado Protógenes, naquele depoimento, diz que ambos tinham conhecimento da participação da ABIN.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E, em tese, o Dr. De Sanctis já nos disse que não tinha esse conhecimento e ele precisa formalizar isso perante esta CPI. Portanto, acho bastante oportuna essa convocação.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Claro. Além de outras questões, essa é a principal, mas vamos estendê-la.

Bom, sem maiores delongas, passo a inquirir o depoente. O senhor teve apreendido, na sua casa, material de áudio, fitas K-7, pela Polícia Federal, numa busca e apreensão.

Se o senhor puder nos dizer, o que continham esses K-7 que foram apreendidos na sua casa pela Polícia Federal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Em momento algum eu tive pedido de busca e apreensão para a minha casa nem em outro lugar.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Peço o testemunho do Presidente, que, ontem, participou de uma reunião de trabalho onde nos foi prestada essa informação. Ou estarei sendo incorreto? Porque tenho isso anotado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não sei se foi o Ambrósio ou se foi do outro agente.

A Polícia Federal não teve busca e apreensão na sua casa, nessa operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Na minha casa, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Fez onde?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O que eu tive conhecimento é que foi na casa de 2 Analistas da ABIN, um Analista e um Coordenador da ABIN, e mais, se não me engano, do Delegado Protógenes.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu peço o testemunho, Ambrósio, eu peço o testemunho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu peço à Comissão, enquanto V.Exa. faz outras perguntas, que nos traga aqui os autos, para que nós possamos compulsar os autos para ver os mandados de busca e apreensão.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim. Pois não. Vamos adiante. Talvez, a gente ainda não tenha, porque são os volumes 10 e 11. Mas, enfim, é importante a vossa providência.



O senhor sabia que... O senhor tem uma relação, pelo que parece, de bastante tempo com o sargento Idalberto. O senhor poderia dizer há quanto tempo o senhor conhece ele e em que condições o senhor o conheceu?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Vinte anos, um pouco mais, um pouco menos. Conheci ele no Serviço de Inteligência da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ótimo. O senhor, então, com base nesse conhecimento, tem informação de que, no mandado de busca e apreensão na casa do sargento Idalberto, foram encontrados áudios de operações sigilosas promovidas pela Polícia Federal em posse do sargento Idalberto?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Do meu conhecimento, não tem.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Pois... Interessante, interessante. Quer dizer, ele nunca comentou? O senhor o conhece há 20 anos, e ele nunca comentou que, na casa dele, Operação Navalha, documentos, que áudios, que... Enfim, material absolutamente sigiloso e de uma maneira ilegal o sargento Idalberto tinha em casa isso? Ele nunca comentou com o senhor?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nunca, nunca.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E também o senhor não tem nenhuma informação de que foi apreendido na casa de um outro elemento que participa de operações de inteligência, que é conhecido pelo nome de Jairo, também foi encontrado, a exemplo do que teria acontecido pela informação que nós temos, também em posse do senhor K-7 de áudio? Não estou me referindo ao senhor, estou me referindo ao Jairo. Por favor.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu sei.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor também desconhece?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu desconheço totalmente. Isso nunca me foi falado, até porque, como eu já disse antes nesta CPI, estou aposentado há mais de 10 anos, há quase 11 anos, completamente afastado da atividade. Esporadicamente, sim, eu me encontro com eles, mas socialmente.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem. Muito obrigado.



Eu passo à questão seguinte: o senhor foi apresentado ao Delegado Protógenes. O senhor poderia recordar em que circunstâncias? Quem foi que fez a apresentação, e quando, ao Delegado Protógenes?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu fui apresentado pelo Delegado Protógenes, primeiro, porque eu tinha 2 conhecidos dentro da Aeronáutica: um, o sargento Idalberto; o outro, um oficial que havia trabalhado comigo, em 1995,...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor poderia declinar os nomes dos 2, por favor?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Um foi o sargento Idalberto...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sei.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O outro, não tem absolutamente nada mais a ver com área de inteligência. Eu posso passar, reservadamente, o nome dele ao senhor?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu pediria ao senhor que passasse para o Presidente. Viu, Presidente.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O.k. Positivo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Porque ele é o nosso, institucionalmente, moderador.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Então, esse oficial que me apresentou ao Delegado Protógenes havia feito um curso, ou um seminário, junto com ele, na Escola Superior de Guerra. Lá, o delegado falou com ele que estava precisando de gente para trabalhar com ele. Aí, na oportunidade, foi falado o meu nome. Ele ficou de me conhecer. Quando chegou a Brasília, eu fui apresentado ao Delegado pelos 2, pelo Idalberto e por esse oficial da Aeronáutica. Posteriormente, eu fui até o prédio principal da Polícia Federal conversar com o delegado, e ali eu comecei a trabalhar.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E aqui eu queria pedir a atenção dos demais... Ao Laerte o requerimento do Dantas para você assinar; ao Vanderlei.... Por favor, eu pediria à assessoria que circulasse com o companheiro. Desculpe.



Eu pediria agora a atenção dos colegas para o seguinte, vejam bem: o Sr. Ambrósio conheceu o Delegado Protógenes Queiroz, Presidente da Satiagraha, e, uma semana depois — uma semana depois, Presidente! —, o Sr. Ambrósio estava, no meu modo de entender, clandestinamente, tendo acesso a dados e informações da Operação Satiagraha. E, como o senhor disse, em depoimento, ao lado da sala do diretor da Inteligência, sem conhecimento dele, mas com conhecimento do presidente do inquérito. Então, o senhor não considera um tanto quanto estranho que o senhor conheça o presidente de um inquérito e que uma semana depois o senhor esteja utilizando um crachá de terceiros e se encontrando no núcleo de Inteligência da Polícia Federal, ao lado da sala do Diretor de Inteligência, e tendo acesso a essas informações? Inclusive, como o senhor disse — vou voltar adiante —, tendo a oportunidade de ouvir, ainda que inadvertidamente, fitas que, obviamente, estavam sob sigredo de justiça? Como é que o senhor encara isso? O senhor acha, então, que a Polícia Federal tem total fragilidade? Ou não existem critérios, não há normas, não há regulamentos?

Quer dizer, os senhores imaginem, mais ou menos, o seguinte: nós termos uma operação extremamente sigilosa, extremamente importante, lidando com dados sigilosos, e eu conheço alguém, e uma semana depois o senhor está no coração dessa operação? O senhor não acha que é muita fragilidade institucional da Polícia Federal, do setor de Inteligência, do inquérito e da própria ABIN, para uma coisa dessa acontecer? Ou é usual que a gente se conheça e, uma semana depois, o senhor está tendo acesso aos dados absolutamente sigilosos de uma operação em andamento? Eu gostaria de ouvir o senhor.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Com o devido respeito, eu gostaria de discordar quando o senhor diz que a minha presença foi clandestina. Não foi clandestina pelo seguinte: todos os dias eu chegava e me identificava 2 vezes.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu não disse que foi na Polícia Federal. Estou dizendo no setor de Inteligência. A sua presença foi, no setor de Inteligência, sim; no prédio, não.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo. O.k.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, por favor.



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Então, Excelência, explicando: eu achei normal...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Normal?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Por quê? Porque o presidente do inquérito me convida, me diz que aquilo é perfeitamente legal, que existe na lei a possibilidade de se contratar uma pessoa aposentada, que já trabalhou na área de Inteligência, para ajudá-lo em um trabalho específico. Específico.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - No coração da Inteligência do principal órgão policial do País, por uma semana?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - E por isso eu fiquei mais tranquilo ainda, porque eu tinha acesso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, vamos... O senhor poderia esclarecer, aqui, um detalhe, então, nesse sentido? A alturas tantas do seu depoimento, o senhor se refere à Ana Paula. Está lembrado da Ana Paula?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Estou.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor confirma, aqui, em depoimento... O senhor disse o seguinte: ter feito uso do crachá dela, tendo em vista que ela possuía 2 crachás — está no seu depoimento —,...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - ...e que usou apenas uns 3 dias, e que usava somente para entrar na DIPP, mas que na entrada principal, como o senhor já disse, se identificava com seu nome.

O senhor confirma que deu esse depoimento aqui?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Confirmando, Excelência. Inclusive, posso até dizer mais.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Quando eu digo que ela...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim.



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Quando eu digo que a Agente Ana Paula tinha 2 crachás, aí é uma inferência da minha parte. Certo? Por quê?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - É uma inferência, mas que o senhor colocou aqui, no seu depoimento. Está lá.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - É. Não. Concordo plenamente...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor faz inferências em juízo. Interessante.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Concordo plenamente. E vou até dizer ao senhor que não vou retirar isso aí.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não vai retirar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não vou retirar, porque o que acontece...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, por favor.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Então, o que acontece: a Ana Paula... Eu nunca utilizei esse crachá da Ana Paula para sair das dependências do prédio.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim. Mas o senhor o utilizava para entrar, cedido por ela?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Também não. Porque, para eu entrar com ele, o que acontecia?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas eu... Desculpe-me...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu descia para fumar, normalmente. Quando eu voltava, normalmente não tinha agente no protocolo, que é uma sala contígua à porta de acesso. Ela simplesmente chegou para mim e falou: *“Ambrósio, ao invés de você ficar aguardando, por que você não usa o meu crachá? Chega ali, passa, e pronto”*.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ah!

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso foi feito. Agora, isso não dava acesso a nenhuma outra dependência da Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim.



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não dava acesso à minha entrada, que todo dia era feita a identificação, com fotografia, com tudo. Lá embaixo, na portaria central.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Bom, então, quero pedir a atenção ao Sr. Presidente e aos demais membros desta Comissão: no depoimento da Sra. Ana Paula, na pág. 703, volume IV, ela nega ter cedido o crachá. Primeiro, nega que tinha 2 crachás.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ela diz que não tem. Embora o senhor tenha dito que tinha.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim. Foi dado só 1.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E agora o senhor diz que não tem. Está certo?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Em segundo lugar, ela nega — e vou ler —: “(...) *que não é verdade que tenha emprestado o seu crachá para o Sr. Ambrósio utilizar no acesso do prédio-sede ou mesmo as instalações da DIPP, deixando claro que é uma acusação falsa.*”

O que o senhor tem a dizer a respeito disso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, a única coisa que posso dizer é: o fato foi esse. Ela, gentilmente, me emprestava isso para eu não ficar esperando ali fora.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Bom, por isso é que eu pedi a atenção dos senhores. Nós estamos diante, aqui, de uma clara contradição, e que exige, Deputado Hugo Leal, que seja tirado a limpo. E eu acho que não é um detalhe de somenos, Sr. Presidente. É aquilo que dá acesso, exatamente, ao coração da Inteligência da sua, da nossa Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Pois não. Ouço o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Até porque se a verdade estiver com o depoente, embora não podemos afirmar que esteja, até porque ele não assumiu o compromisso de dizer a verdade, se furtou a assumir esse



compromisso, então nós teremos um caso grave, porque a servidora pública, se tiver praticado esse fato, está cometendo um delito administrativo. Não é verdade?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, eu acho que só poderemos fazer... Há necessidade de se fazer uma acareação entre essas 2 pessoas, para que, efetivamente, nós possamos chegar limpo a nisso. Mas eu acho que fica claro também, por um outro lado, que não há como confrontar, quando ele, na verdade, não está mais aqui na condição de testemunha, ele está aqui na condição de pessoa que pode se autoincriminar. Então, me parece muito claro que, na verdade, ele está buscando uma forma de justificar a sua entrada dentro da própria corporação.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Obrigado, Presidente.

O Deputado Fruet, sempre atento, me pede que eu complemente uma pergunta: o senhor achou absolutamente normal ter conhecido o Delegado Protógenes e, uma semana depois, o senhor estar no centro do coração da mais importante, pelo menos que se tenha conhecimento, operação da Polícia Federal, dentro do DIP, tendo acesso a informações, ouvindo áudio clandestino — evidentemente, sem querer ouvir, segundo o senhor disse —, entrando com crachá, que ela diz que não é o seu crachá. Enfim, uma situação da mais absoluta normalidade e de nenhuma fragilidade da parte institucional dos nossos órgãos, não é? Mas o senhor poderia nos dizer se isso é praxe? Quer dizer, um delegado da Polícia Federal conhece um agente da ABIN e, no dia seguinte, ou na semana seguinte, o introduz, com crachá — que existe ou não existe; que foi dado ou não foi dado —, para ter acesso a esse tipo de informação. É usual, Sr. Ambrósio, isso acontecer?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, essa...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor tem conhecimento de isso ter acontecido outras vezes? O senhor participou também de um encontro casual numa semana. E na semana seguinte o senhor está lá, tendo acesso a tudo isso, nessas condições. O senhor poderia nos ajudar?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, se é usual ou não, eu sinto muito, mas só quem pode responder isso aí é o Delegado Protógenes, porque foi ele que me...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não falo do Protógenes. Estou dizendo se isso é um procedimento usual entre órgão de inteligência e Polícia Federal. Se o senhor já teve a oportunidade de encontrar alguém numa festa e, 1 semana ou 1 dia depois, o senhor estar convidado para ter acesso a dados como esses, sigilosos.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certamente não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não? Isso nunca aconteceu?
Muito obrigado.

Passo adiante. O senhor, num depoimento, disse que recebia 1.500 por mês. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Entretanto, há um depoimento, também, do senhor, que está aqui disponível, onde o senhor se referia a 1.500 por quinzena. Afinal, eram 1.500 por mês, como estava no depoimento, ou eram 1.500 por quinzena? O senhor poderia esclarecer essa contradição?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Explico.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Por favor.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Quando o Delegado Protógenes colocou que eu receberia 1.500 reais, ele foi claro quando me disse o seguinte: *“Estou com deficiência de... financeira. A verba está muito pouca. Então, pode acontecer de uma vez você receber 1.500, e pode ser que eu não lhe pague. Agora, em compensação, pode ser que tenha mês que eu possa lhe dar um adiantamento”*.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor, quando recebia esse dinheiro, fazia algum recibo, recolhia impostos, recolhia... enfim, aquilo que a legislação manda acontecer? E o senhor poderia, por acaso, disponibilizar esses recibos para esta CPI?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu assinava... eu recebia esse dinheiro contrarrecibo. Esse recibo vinha com o timbre



da Polícia Federal. O Delegado Protógenes levava o envelope, me entregava esse envelope com o dinheiro dentro...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim, sei.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - ...eu assinava o recibo, e ele guardava aquilo numa pasta, se não me engano, de verba operacional. Esses recibos estão, certamente, com...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor concorda aqui comigo, para fins da Receita e de arrecadação de impostos brasileiros, que o senhor era um prestador terceirizado de serviço e que, apesar de prestar serviços à Polícia Federal, o senhor não poderia, nem a Polícia Federal, se eximir da legislação tributária e fiscal brasileira.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, onde estão esses impostos? Quem é que os recolhia? Como é que isso acontecia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Essa parte administrativa, sinceramente, eu não conheço.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas o senhor...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A única coisa que eu tenho certeza é que eu estou colocando esse dinheiro... Não sei como justificar, mas estou colocando isso na minha declaração deste ano.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ah, o senhor está fazendo essa declaração este ano. Mas o senhor não... Eu quero dizer que, quando a gente tem um contrato, seja um contrato formal, seja um contrato terceirizado, há obrigações entre as partes, tanto do empregador como do empregado, tanto do contratante como do contratado.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Então, de um lado, a Polícia Federal tem obrigações fiscais. Mas também o senhor tinha.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor tinha.

E quanto a esses recibos que o senhor disse... O senhor ficava com algum recibo, com alguma coisa disso, desse valor?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Como eu disse, Excelência, o Delegado Protógenes arquivava para....

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ah, o senhor não ficava com nada disso aí?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Ele arquivava para comprovar as despesas.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - É uma operação muito singular.

Deputado Hugo Leal, alguma observação?

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - A operação era sigilosa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Como em tudo. Inclusive, pelos impostos e contribuição. Muito bem.

O senhor dá um depoimento dizendo o seguinte: que o senhor falou apenas uma vez com o Delegado Protógenes, após a deflagração, e que ele teria dito que não deveriam mais utilizar a base. A que base ele está se referindo? A Polícia Federal é a base? Ou existe uma outra base que não deveria ser utilizada?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Negativo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não, negativo eu não entendo. Esse linguajar eu não domino.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Negativo, quando eu digo, é com relação à outra base.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas o que é a base?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A base seria a sala que a Operação Satiagraha ocupava aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - A sala... Mas que sala era essa?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nós tínhamos uma sala, inicialmente, no quinto andar, no DIP, Departamento de Inteligência de Polícia...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sei.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Em 11 de abril, se não me engano, nós nos mudamos para um outro prédio da Polícia Federal, no Setor Sudoeste de Brasília. Então, a base de Brasília seria nessa sala de um prédio da Polícia Federal, no Setor Sudoeste.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor, no seu depoimento, também, num dos depoimentos que o senhor deu, o senhor diz que — e o senhor diz agora — teve a oportunidade de ouvir áudio da Andréa Michael, entre os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh e o Chefe de Gabinete da Presidência. O senhor se recorda do teor daquilo que o senhor ouviu?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, eu posso afirmar categoricamente — e até o perito também pode se pronunciar a esse respeito no futuro — que ele, inadvertidamente, esqueceu o canal aberto, e não foi passado o áudio total. Foi parte do áudio.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Explique uma coisa para eu entender. Às vezes eu tenho alguma dificuldade. Como é que o senhor pôde, a partir... Esse canal ficou aberto alguns segundos, alguns minutos, meia hora?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Foi por pouco tempo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E o senhor foi capaz de identificar que, de um lado, estava o Luiz Eduardo Greenhalgh — o senhor conhece a voz dele, o senhor já falou com ele, o senhor já o viu — e também, do outro lado, o gabinete da Presidência. Quer dizer, como é que o senhor foi capaz? Alguém chegou para o senhor e disse: *“Olha, são fulano e fulano. Isso aqui foi inadvertido. Ou seja, isso aqui foi sem querer. Vocês esqueçam isso, está certo? Quem estava falando... É secreto, mas quem estava falando eram fulano e fulano, e ali eram fulano e fulano”*. Foi assim, mais ou menos, que o senhor tomou conhecimento de que eram esses os interlocutores? E outra coisa: isso aconteceu uma vez, seguido de outra vez, ou aconteceu ao mesmo tempo, e o senhor conseguiu ouvir todas essas pessoas ao mesmo tempo? Como foi isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não. Foi em dias diferentes. Não me lembro quais foram.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sei. E alguém fez questão de dizer: *“Pessoal, vocês estão ouvindo o que não devem ouvir. E são fulano e fulano”*. Como é que o senhor tomou conhecimento de que eram essas pessoas?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não. Isso aí, realmente, não aconteceu. O que aconteceu foi que nós ouvimos. Aí, depois, nós ficamos sabendo...



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Através de quem? O senhor poderia dizer quem foi que informou isso ao senhor?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De um dos peritos.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor poderia dar o nome?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu já passei o nome aqui para o...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Perito, nesse sentido... E aí essa pessoa, então, fez este comentário: "*Vocês estavam ouvindo tal... etc. etc.*". A título de quê?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E isso foi dito para o senhor ou para mais alguém?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, foi dito para mim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ah, especificamente para o senhor? Muito bem.

O senhor diz ter recebido informações, em outro depoimento, através do Idalberto... E aqui um parêntese. O Idalberto recebia quanto? Recebia a mesma coisa que o senhor para prestar serviço?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Desconheço totalmente se Idalberto fez parte da Operação Satiagraha, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor desconhece?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Desconheço.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Bom, então, permita-me lhe informar que em depoimento dado aqui à Procuradoria, o Dr. Protógenes Queiroz informou que o Sargento Idalberto, sim, fazia parte. No primeiro depoimento, ele diz que tinha contado com a Inteligência militar; no segundo depoimento, ele retifica, dizendo que não houve institucionalidade; e depois confirma, com todas as letras, que a ele não pagou, porque ele recebia soldo da Aeronáutica. Então, olha que situação interessante: o Idalberto, sim, participou — isso está em depoimento, está confirmado em depoimento — e não recebeu nada. O Idalberto pratica alguma forma de filantropia? É um homem, assim, muito dado a colaborar?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, a única coisa que eu posso garantir ao senhor...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor o conhece há 20 anos...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A única coisa que eu posso garantir a V.Exa., com a mais absoluta certeza, é que em nenhum momento me foi dito que o Idalberto participou dessa operação; em nenhum momento o Idalberto compareceu aos prédios da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas o Idalberto... Está ótimo. Agora, o senhor diz aqui no depoimento, o seguinte: que o Idalberto comentou com o senhor que a jornalista recebeu informação de Lorenz e que ele queria a confirmação de dados da operação. Aliás, que ela queria dados... Quer dizer, os senhores não comentaram, o senhor não sabia de nada. Mas o senhor, em depoimento, diz que o Idalberto lhe disse que a Andréa... que a jornalista recebeu informação de Lorenz. Interessante isso. Como é que o Idalberto...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso, Excelência, foi em 5 de setembro, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu já havia saído dessa operação no dia 8 de julho.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim. Mas o senhor poderia nos explicar por que o Idalberto, não tendo participação, o senhor não sabendo que ele não tem nada com isso, por que ele vai escolher o senhor? Eu sei que pode parecer um assunto privado, mas é de interesse público. Por que ele vai comentar isto: que foi o Lorenz que vazou para a jornalista? O senhor poderia esclarecer?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Vou tentar explicar ao senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu já havia saído, desde o dia 8 de julho, da Operação Satiagraha. No dia 3 de setembro, se eu não me engano — não sei se foi 3 ou 5 de setembro —, eu fui procurado pelo Idalberto, dizendo que essa jornalista teria tido informações da cúpula da Polícia Federal e que



ela teria citado esse nome, ou alguém teria citado esse nome para ela. Que ela teria essas informações.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor está atribuindo essa informação ao Idalberto, dada ao senhor e não à jornalista, no seu depoimento.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, foi o Idalberto que me procurou dizendo que a jornalista havia procurado ele, contando essa história.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas o senhor acabou de dizer que nunca soube que o Idalberto participou dessa operação.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - E continuo afirmando que...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E continua. Quer dizer, um belo dia ele chegou e disse: olha... Está certo? Tem essa situação...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, vamos colocar a coisa do seguinte modo: o Idalberto foi um dos que me indicaram para trabalhar com o Dr. Protógenes, o Delegado Protógenes.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Claro, eu sei. Claro.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A jornalista Michael tem um relacionamento com o Sargento Idalberto de muito tempo. A jornalista Michael sabia que o Sargento Idalberto tinha também um relacionamento com o Dr. Protógenes. Então, ela procurou o Idalberto para saber alguma coisa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Em outra passagem... Sr. Presidente, já estou concluindo. Em outra passagem do seu depoimento o senhor diz mais: diz que Idalberto passou informações ao senhor sobre a jornalista Andréa, que é isso que nós estamos vendo, sobre o jornalista Mino Pedrosa e sobre uma pessoa de nome Jairo, ex-PM, que trabalhou na ABIN e que teve envolvimento no episódio dos Correios. Então, é muita informação que o Idalberto dá para o senhor a respeito dessas questões que são atinentes à operação, mas o senhor diz que desconhecia, que com ele não trocava informações a respeito da Satiagraha. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O senhor poderia repetir o...



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Vou repetir. O Idalberto, também conhecido como Polila, mantinha contato com o Protógenes, mas nada confirma que ele trabalhava na Operação Satiagraha. Ele passou... O Idalberto teria passado informações para o Sr. Ambrósio sobre a jornalista Andréa, sobre o jornalista Mino Pedrosa e também sobre uma pessoa de nome Jairo, ex-PM, que trabalhou na ABIN e teve envolvimento no episódio dos Correios.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Ele me passou informações ou...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ao que consta do depoimento do senhor.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - ...ou ele teria me falado que conhecia essas pessoas?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não, está lá que teria passado informações. Foi o senhor que deu o depoimento. Não tenho como...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Até porque ele não me passou informação nenhuma. O que acontece é que ele conhecia o Mino Pedrosa e conhecia a Andréa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor também informou que no mesmo dia o Idalberto voltou (*ininteligível*), solicitando um encontro com o senhor, que atendeu a solicitação e ficou surpreso quando ele estava acompanhado da jornalista Andréa, que foi logo indagando a respeito do grampo de que teria sido vítima. É isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor confirma?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Confirmando.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Que ela informou... Enfim, uma série de outras observações. O que o senhor acha, embora não tendo nenhuma relação... O senhor está aqui na Satiagraha, está lá entrando no jipe com um crachá que... Enfim, não sabe muito bem qual é a situação. Vamos esclarecer. O senhor conhece o Sargento Idalberto, que está prestando, segundo o Delegado Protógenes, serviços sem receber. Ele tem um soldo da Aeronáutica, embora não seja institucional a relação. Mas quem paga é a Aeronáutica o serviço que ele prestou em



última instância. Ele não só fala desses dados, diz isso tudo para o senhor, que não sabe que ele está na Satiagraha, e leva também Andréa. O que teria motivado isso? Quer dizer, de repente o senhor ser chamado a dar uma explicação ou, por exemplo, ser colocado nessa relação entre Idalberto, que, segundo o senhor, conhecia há bastante tempo a Andréa, e esclarecer se houve ou não esse grampo? A que o senhor atribui isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, atribuo isso a um fato. Eu fui apresentado ao Delegado Protógenes pelo oficial da Aeronáutica e pelo Sargento Idalberto. O Sargento Idalberto é amigo de longa data da jornalista. A jornalista tem contatos com a Polícia Federal. A Polícia Federal chega para ela e diz para ela o seguinte: *“Existe um áudio onde aparecem você e fulano”*. Ora, o Idalberto sabia, como ele tinha me apresentado... Esse grampo, que eu não sei do que se trata, porque não vi isso, já não estava mais lá. A jornalista chega para ele e pergunta: *“Conhece alguém?” “Conheço.”* Aí ele me procurou para que eu tentasse explicar alguma coisa sobre aquilo, se eu tinha conhecimento sobre aquilo. Eu expliquei que não, porque eu já estava afastado da operação desde 8 de julho e desconhecia totalmente qualquer grampo ou escuta, qualquer coisa a respeito, em cima da jornalista.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Bom, é um tanto quanto... Há verossimilhança, mas, enfim, eu vou concluir. Eu digo “verossimilhança” porque todos esses fatos, Sr. Ambrósio...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - ...na verdade, formam aquilo que se chama de um conjunto de informações e indícios que tornam, eu diria, muito peculiar, mas nem por isso menos respeitável, o seu depoimento.

Duas questões para concluir. O senhor teve, no dia 5 de setembro de 2008, às 23h3min — consta na revista *ISTOÉ* —, um encontro com Paulo Maurício, Milton Campana e Renato Porciúncula, todos lotados na ABIN.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ora, como é que esse trio chega até o senhor, um trio de peso na ABIN chega ao senhor, se o senhor está fazendo um trabalho que... enfim, é um trabalho que não é, que eu saiba, institucional da ABIN.



O senhor declarou a sua condição de ser aposentado. O senhor está lá... O senhor não sabe as outras pessoas que estão envolvidas. Eu acho que o senhor também... O Idalberto, o senhor não sabe que ele está na Operação, seus amigos de 20 anos...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não está.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ele também não deveria saber que o senhor estava lá... Como é que o Paulo Maurício, o Milton Campana e o Renato Porciúncula de repente vão procurar o senhor nessa noite, sendo eles todos oficiais da ativa da ABIN? Qual a razão? Por que isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Eu saí da Operação Satiagraha no dia 8 de julho. Dia 5 de setembro, ficou-se sabendo que a revista *ISTOÉ* iria fazer uma matéria de capa sobre a Operação Satiagraha, na qual me acusava de ser o coordenador de todos os grampos legais e ilegais existentes no Brasil. O Dr. Paulo Maurício e o Dr. Campana são homens de formação da ABIN. São inclusive dirigentes... Eram inclusive dirigentes da ABIN. O Dr. Renato Porciúncula é um Delegado de Polícia Federal, que na época eu não conhecia. Eu pensava que ele fosse um dos dirigentes da ABIN na época. Mas ele tinha ido para lá assessorar o Dr. Paulo Lacerda. Pois bem. Como eu já sabia que... Foi visto pela Internet que o meu iria sair. Eles também viram e me procuraram. Para quê? Porque era uma gravidade muito grande a coisa, que implicava a participação de agentes da ABIN em interceptações telefônicas legais ou não. Então eles me procuraram, preocupados com a instituição, para saber se teria havido alguma interceptação, se os homens da ABIN teriam participado dessas interceptações. Então, na minha concepção, eles estavam preocupados com a instituição. Foi dito a eles que em nenhum momento, que fosse do meu conhecimento, até porque em Brasília não foi feito nenhum tipo de interceptação...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor poderia repetir isso? Em nenhum momento...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Em nenhum momento...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sim. O quê?



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Em nenhum momento, aqui em Brasília, houve interceptação. Isso...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas participação da ABIN sim?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A participação da ABIN na Operação Satiagraha, fazendo seleção de *e-mails* aqui em Brasília, houve. Mas interceptação não, porque isso não foi feito em Brasília.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ah, então foi feita interceptação em outro lugar?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não sei.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não, o senhor disse que não foi feita interceptação, que foi feita...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, claro, claro, claro. Desculpe. Em São Paulo, claro que houve interceptações legais por determinação judicial.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sei.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isto me foi dito: que em São Paulo foi feita interceptação legal por determinação judicial.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Para sua informação, nesse processo de acesso a essas interceptações, a ABIN, já em depoimento de vários dos seus oficiais, que estão nos autos dos inquéritos, confirmam que, ao contrário do que o senhor tinha informação, a ABIN participou ativamente disso tudo. Está lá nos autos dos inquéritos. É só uma informação para o senhor.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Por favor, prossiga. (*Pausa.*)

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, inclusive, de acordo com os autos, essa participação da ABIN teria sido em São Paulo — que alguém teria tido acesso à degravação em São Paulo, não em Brasília.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Muito bem. Nos autos lá, aqui e lá... É a última questão, Sr. Presidente, para não me exceder além do que a sua generosidade já me concedeu. Num depoimento aqui o senhor diz que a ABIN começou a trabalhar na operação a partir de um pedido do Dr. Protógenes ao Dr.



Campana, da ABIN, que, por sua vez, levou ao Dr. Paulo Lacerda. É essa a versão que o senhor tem conhecimento?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - A versão que eu tenho conhecimento, que me foi dita, é essa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - E quem lhe disse isso?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O Dr. Protógenes.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, temos, então, aqui uma outra contradição, porque o Dr. Protógenes aqui afirmou que tinha encontrado com um amigo. Estão lembrados disso? Que tinha encontrado com um amigo, que tinha feito curso com um amigo, e a esse amigo ele tinha pedido ajuda. Esse amigo tinha levado para o chefe, que levou para o diretor, que levou para o Dr. Paulo Lacerda. Eu pergunto ao ilustre Presidente se não estou incorrendo em alguma... Mas essa foi a história, inclusive confirmada pelo Dr. Paulo Lacerda, lá na Comissão Mista, presidida pelo Senador Heráclito Fortes. É isso que está lá, inclusive no depoimento. Entretanto, em depoimento dado à Procuradoria, e contraditando tudo isso aqui, o Dr. Protógenes diz que obteve diretamente do Dr. Paulo Lacerda a anuência para a participação da ABIN. Então, é mais uma contradição que resta ser devidamente esclarecida, e o será mais adiante.

Eu quero agradecer ao senhor a paciência com que o senhor respondeu as nossas questões, e também a paciência dos que ficaram ouvindo aqui essa nossa inquirição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Raul Jungsmann.

De fato, compulsando os autos, não consta aqui a relação de busca e apreensão, especificamente, na casa do depoente.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - É. Eu vou procurar falar com ele, porque talvez, evidente, pode ter sido um lapso meu. Mas no meu bloco de anotações... Eu me lembro de que depois retornei numa segunda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - É, mas são tantos nomes que talvez tenha havido a possibilidade de...



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Bom, mas, enfim....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ...de um equívoco. Mas de qualquer maneira...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O Presidente já se encontra com os volumes 10 e 11?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com os 10 e 11 não. Chegou ontem um volume à CPI...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Eu só chamo... Talvez esteja embaralhando os dados, mas eu recordo que onde você teria toda a listagem de busca e apreensão estaria nesses 2 volumes por vir, e que V.Exa. fez por bem solicitar ao juiz, que, de pronto, os disponibilizou — aliás, numa atitude louvável, como as anteriores, de cooperação com esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Fica patente, do que nós temos observado, o seguinte: primeiro, ao contrário do que se diz, ou do que se fala, ou do que se interpreta, essa investigação que diz respeito a vazamento de dados não nasce do éter. Ela nasce de uma representação, de uma reclamação formal da imprensa brasileira à Polícia Federal, reclamando de privilégios que um determinado veículo teria tido sobre os demais. A partir daí é que nasce essa investigação, a partir dessa reclamação. Então, é preciso que as coisas fiquem colocadas de forma clara. E quando nós analisamos aqui a questão relativa às atividades desencadeadas pela Operação Satiagraha, elas nos interessam na medida em que todos os aspectos relacionados com interceptação telefônica transitam, tramitam por essa operação. E, diretamente relacionado a isso, nós temos a manipulação desses dados. Então, todas essas questões são importantes e são pertinentes a esta Comissão, porque sem isso nós não podemos formar uma convicção para elaboração de um relatório final, porque nós analisamos aqui as escutas ilegais propriamente ditas, as legais para saber o seu processo, o seu procedimento, o seu procedimento estrutural, bem como os equipamentos de interceptação. Então, tudo isso está dentro do escopo. Nós não investigamos pessoas. Nós investigamos fatos que chegaram a esta Comissão. Agora, se as pessoas vieram aqui e procuraram encobrir as suas ações, faltando com a verdade perante esta Comissão, faltando com a verdade perante o Congresso Nacional, quando estiveram presentes no



Senado Federal, comentando essas questões, elas passam, sim, a ser do nosso interesse, porque faltaram com a verdade perante a Comissão. Então, acho que é importante a gente deixar bem claro o papel de cada um e o porquê da realização de todas essas perquirições. Até porque, como nós vamos disciplinar, através de um projeto de lei, a interceptação telefônica no País, nós temos que saber... Poderemos dar acesso a terceiros, a dados que estão submetidos... Então, eu acho que essa questão é uma questão fundamental.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Até com base na sua experiência, e o senhor vai ter uma contribuição relevante nisso, a meu juízo, é absolutamente inaceitável — e aqui não vai nenhuma avaliação de mérito; vou abstrair a sua pessoa — que o Presidente de um inquérito policial de altíssimo peso e relevância conheça alguém e na semana seguinte esse alguém, sem qualquer formalidade, sem sequer ter-se credenciado junto à área de inteligência, esteja tendo acesso ao coração disso. Resulta disso o que nós temos hoje em termos desse *pen drive*, desses áudios. E como o senhor bem lembrou ontem, o que chegou na CPI, é bom lembrar, são 5 mídias de um total de 15 ou 16.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quinze ou dezesseis.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quer dizer, aquela mixórdia onde você está xeretando — está certo? —, onde você tem informações as mais diversas possíveis, aquela montanha de dados que está ali, que estava na casa, Srs. Deputados, de um delegado, privadamente, como também foram apreendidos na casa do Idalberto dados sigilosos de operações da Polícia Federal, resulta de quê? Da enorme frouxidão, da falta de controle e de regras. Isso não é possível! É inacreditável que você tenha um aparato policial, um aparato de inteligência, com esse nível de controles ou de regras que resultam exatamente no que você tem aí. Quer dizer, hoje você tem... Desculpe-me. Você tem o quê? Aquilo serve para qualquer coisa: para constranger, para chantagear, para incriminar... Qualquer coisa você faz com aquilo ali. Agora, diante de uma situação como essa em que o Presidente do inquérito conhece alguém que é um funcionário aposentado — não



entro no mérito desse funcionário, está certo? —, e que ele, na semana seguinte, está no coração e tendo acesso e ouvindo... Ah! Pelo amor de Deus! Isso é um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Colbert Martins para seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, vou ser bem objetivo. Fico satisfeito com o nível das questões aqui colocadas. Especialmente V.Exa. coloca que não temos absolutamente nada de pessoal contra o Sr. Francisco Ambrósio ou contra quem quer que seja. Respeitamos V.Exa. O objetivo desta Comissão é exatamente esse. Nós vamos produzir uma lei, e essa lei responsabilizará pessoas que possam agir de uma forma que nós não entendamos como a forma mais responsável. O senhor foi um funcionário público, o senhor está aposentado hoje, mas o que nós precisamos ter é a segurança de que, nesse relatório que vai ser feito, possamos fazer sugestões claras e que o Ministério Público e a própria Justiça possam, daí por diante, desdobrar nas suas próprias ações.

Antes de qualquer coisa, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que coloque em pauta aqueles requerimentos que fiz, que dizem respeito ao Estado da Bahia. Em 2002 foram feitas interceptações telefônicas dentro da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, com dinheiro pago pelo Governo da Bahia, com funcionários públicos, a partir da secretária, na Bahia, com vistas a interceptar... a uma barriga de aluguel, porque foi solicitada uma interceptação e colocados números de Deputados, de pessoas que hoje estão nessa Casa também. E está lá parado há 7 anos. Então, cobro de V.Exa. que coloque... estão todos aí na Comissão, para que possamos votá-los também no intuito, cada vez mais, de procurar esclarecer o que já passou, mas que nós possamos interpretar o futuro de maneira a evitar que essas coisas aconteçam.

Vou ser bem objetivo, Sr. Ambrósio, com relação à questão da abertura que o senhor fazia. O senhor diz que recebia os *e-mails* abertos no computador.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não tinha mais senhas. O HD que foi apreendido... É isso? O HD que foi apreendido na operação...



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Explicando ao senhor: todos os dias, quando eu chegava, já existia uma pasta de *e-mails* aberta para que eu fizesse a leitura.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Quem abria?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Era o perito da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - São HDs apreendidos na operação?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Se não me engano, na Operação Chacal, em 2004.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Apreendido esse HD... O perito abria o HD, abria as pastas de *e-mails*...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - De *e-mails*.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E o senhor...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Todos os dias, eu chegava, essa pasta já estava aberta. E ali continha a minha etapa. Eu passava o dia todo... analisando não, porque eu não fazia análise. Eu fazia uma leitura, e dessa leitura eu fazia uma seleção.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor tem conhecimento se esses *e-mails* eram produtos de interceptação também ou apenas da apreensão do HD?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, eram produtos da apreensão desse HD pela Justiça, que teria sido liberado para compartilhar dados com a Operação Satiagraha.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Entendo. O senhor não tem informações se esse HD teria sido produto... durante a operação, se esses HDs já teriam também sido produto de interceptação. Ou o senhor tem conhecimento de que havia interceptação também com relação a...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não. Esse HD já havia sido apreendido na Operação Chacal, em 2004. E foi aberto para que houvesse a possibilidade de ver se havia alguma coisa ali dentro que pudesse contribuir com a Operação Satiagraha.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor informa também que as escutas eram realizadas em São Paulo. Mas existia um canal de voz aqui para Brasília. Como é que o senhor...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Deputado, eu não afirmo que as escutas eram feitas em São Paulo...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não, desculpe.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - ... porque eu não estive em São Paulo.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O senhor não afirmou. É verdade. Bom, o senhor disse que tinha um canal de voz para aqui.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Isso.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - O que eu fiquei sabendo foi que a central de operações era em São Paulo.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Tudo bem.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Certo?

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas existia um canal de voz?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, o canal de voz...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Então, pessoas aqui acompanhavam, através de fones... É isso que o senhor...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Única e exclusivamente 2 peritos da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Acompanhavam através de fones o que estava... através de um canal de voz. É isso que o senhor coloca?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Então, existiam ligações onde a central operava e aqui...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - ...e aqui...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Agora, como isso era feito, sinceramente, eu desconheço.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu entendo que o senhor não pode afirmar isso.

Como é que o senhor foi parar na *ISTOÉ*? Quantas pessoas trabalhavam naquele momento lá, e só o senhor é que acabou saindo na *ISTOÉ*. Por que escolheram o senhor para colocar naquela reportagem, para ilustrar aquela reportagem do espião que abalou o Brasil?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sinceramente, isso aí é um mistério que eu não sei explicar.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - As pessoas que estavam lá, o senhor conhecia?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, não conhecia todo mundo. Veja bem...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O vazamento ocorreu, não é?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Por exemplo, o Delegado Protógenes. Eu conheci o Delegado Protógenes em fevereiro. Os agentes da Polícia Federal e peritos e delegados que estavam trabalhando lá, eu conheci até depois de fevereiro. Os analistas da ABIN que estavam trabalhando lá, eu conheci naquele momento. Assim que eles chegavam eu passava a... não a conhecer, mas a ter um certo contato.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas houve um vazamento. A reportagem da *ISTOÉ* mostra um vazamento...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - ...na área que o senhor trabalhava.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, houve. E para falar a verdade, esse vazamento — aí é uma inferência minha —, para mim, partiu de dentro da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não partiu da ABIN, certamente?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Pode ter acontecido.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas o senhor entende que desse vazamento pode ter acontecido...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Sim, 2 coisas.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - ...em ambas... Então, Deputado...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Nem em um, nem em outro. Porque isso é uma coisa muito grave que eu jamais...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas que vazou de lá vazou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Colbert, veja que coisa interessante: a própria entrevista ou a própria reportagem da revista vazou para aqueles que pertenciam à ABIN, e foram procurá-lo para dizer que iria sair no dia seguinte uma matéria sobre ele. Olha que coisa interessante.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Então, esses vazamentos efetivamente... Os interesses aí por trás são... Mas que os vazamentos ocorreram ocorreram.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu vou concluir, Sr. Ambrósio, dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor sabe que a pessoa mais fácil de descartar é aquela que não é institucional, não é? É aquela que é contratada, não é? Então, chama-se boi de piranha.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Boi de piranha.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Bode expiatório... Têm alguns termos próximos disso.

Estou achando complicado o senhor declarar isso no Imposto de Renda. O senhor não tem recibo.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Como é que o senhor vai declarar no Imposto de Renda uma renda que o senhor não tem como declarar? Eu estou achando muito complicado o senhor declarar isso...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Isso aí eu...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas nos interessaria saber como é que o senhor justifica essa renda, uma vez que tinha que ter um contrarrecibo na sua mão. Não há um recibo de uma única via. E era pago em espécie.



O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Em espécie. Como eu vou fazer, eu não sei. Com absoluta certeza, eu vou fazer. Eu vou na Receita, vou me inteirar para poder fazer isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aproveitando a pergunta de V.Exa., Deputado Colbert, eu acho que cabe a ele, já que é um homem experiente na área de inteligência, com mais de 20 anos de serviço prestado... Se ele pode fazer uma análise do que o levou a vir a ser esse bode expiatório e quem poderia estar por trás disso.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu faço minhas as perguntas do Deputado Itagiba. Se o senhor puder responder...

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Excelência, sinceramente, eu já fiz essas elucubrações várias vezes. Mas, francamente falando, eu acho que... não sei. Mas me escolheram por quê? Aposentado. Não tenho mais... não almejo mais nada na vida. Função: chefia. Isso eu não tenho mais direito, porque já estou aposentado. *“Então, vamos escolher essa pessoa, que será o bode expiatório. Convocam o jornalista, contam uma história mentirosa para o jornalista, o jornalista, no seu papel, escreve.”* E eu apareci como o grande vilão nessa história. Agora, quem fez isso? Não sei. Não tenho a mínima ideia.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Presidente, eu vou agradecer a V.Exa. Eu — só para relatar — fiz parte daquela viagem a São Paulo.

Cumprimento a Presidência da Comissão, como também o Relator, o Deputado Nelson; V.Exa., Deputado Itagiba. Achei extremamente importante falarmos diretamente com os juízes: o Juiz Luiz Roberto, o Juiz Ali Mazloun e o Juiz Fausto De Sanctis. Achei muito importante, porque a letra fria de um ofício é muito pouco quando se tem as dificuldades que eu presenciei lá.

A atenção e a colaboração do Juiz Mazloun, do Juiz Luiz Roberto foram extremamente importantes, diferentes da dificuldade que nós temos com o Juiz De Sanctis. Eu acho que é extremamente importante e necessário relatar que cumprimos a nossa obrigação. Reitero aqui também as palavras anteriores de que, se tivéssemos uma colaboração maior, nós poderíamos ter um fundamento muito melhor da proposta que vamos fazer ao final desta Comissão.

Obrigado a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado.

Quer falar alguma coisa?

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Não, só para dizer a esta Comissão uma coisa: embora eu esteja respaldado por um HC, que foi uma estratégia da minha Defesa, eu espero ter podido contribuir o máximo possível. Eu fiz questão de não me furtar a não responder a nenhuma pergunta. Todas as perguntas que me foram feitas eu tentei responder com a minha verdade e com o meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Espero que, quando o senhor tiver conhecimento, porque eu sei que o senhor é uma pessoa que vai a fundo nas coisas, de quem o colocou... Porque possivelmente quem o colocou como tal é possivelmente quem tal foi. Então, talvez o senhor possa ainda, durante os trabalhos da Comissão, trazer essa informação, que é muito importante para nós.

O SR. FRANCISCO AMBRÓSIO DO NASCIMENTO - Seria a coisa que eu faria com o maior prazer para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado. V.Sa. está dispensado. Agradeço a presença do senhor e do seu advogado nesta Comissão.

Peço aos Deputados que se mantenham aqui, porque temos requerimentos a votar.

Item 1 da pauta.

Requerimento nº 275, de 2009, do Deputado Hugo Leal. O mesmo solicita que seja retirado de pauta, então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Retirado de pauta o item nº 1.

Item nº 2.

Requerimento nº 272, de 2009, do Sr. Deputado João Campos, “que solicita sejam convocados os membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as medidas tomadas pela entidade na preservação da privacidade e do sigilo das comunicações telefônicas dos usuários”.

Em discussão. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Item nº 3 da pauta.

Requerimento nº 273, de 2009, do Deputado Nelson Pellegrino, “que requer seja convidado para prestar informações e esclarecimentos a esta CPI o Sr. Daniel Lorenz de Azevedo, Diretor de Inteligência da Polícia Federal”.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Item nº 4 da pauta.

Requerimento nº 274, de 2009, de autoria do Sr. Deputado Hugo Leal, “que solicita que o mesmo seja retirado de pauta”.

Está retirado o Item nº 4 da pauta.

Item nº 5.

Requerimento nº 276, de 2009, do Sr. Deputado Nelson Pellegrino, “que requer seja convocado para depor nesta Comissão o Sr. Jairo Martins de Souza, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Acho que se faz necessária — e acredito que esse requerimento será apresentado pelo Deputado Hugo Leal, que já se manifestou nesse sentido — a convocação dos membros do Ministério Público em São Paulo, que funcionam especificamente nesse procedimento, haja vista que tem sido detectada uma certa má vontade específica desses membros na investigação que se faz do vazamento das informações da Operação Satiagraha, em razão dos despachos que nós tivemos oportunidade de compulsar aqui nos autos.

Então, em razão disso, acredito que seria importante... Acredito que o Deputado Hugo Leal apresentará esse requerimento.



Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se no dia 24 de março, às 10 horas, na Agência Brasileira de Inteligência, para tomada de depoimento dos agentes daquela instituição, Sr. Lúcio Fábio Godoy de Sá e Jerônimo Jorge da Silva Araújo. No que diz respeito ao Sr. Márcio Seltz, parece-me que esse depoimento será feito aqui nesta Comissão, à tarde, e não na Agência Brasileira de Inteligência.

Está encerrada a presente reunião.